

Iniciativa para o Cuidado das Crianças da WIEGO

Relatório de Pesquisa por Laura Alferts

“Nossos filhos não recebem a atenção que merecem”:

Uma síntese dos resultados de pesquisas sobre o cuidado das crianças e trabalhadoras informais de 6 organizações de base de trabalhadoras/es pobres.



“Nossos filhos não recebem a atenção que merecem”

Relatório de Pesquisa da Iniciativa para o Cuidado das Crianças da WIEGO

A Iniciativa para o Cuidado das Crianças da WIEGO (ICC) procura trazer o cuidado das crianças da margem para o centro das políticas sociais globais, de modo que ele seja visto como um conjunto importante de serviços sociais e uma parte essencial da segurança social. A grande preocupação da WIEGO dentro do debate mais amplo sobre a provisão de cuidados infantis é a relação entre a provisão desses cuidados e a capacidade das mulheres, particularmente as mais pobres, de se envolver em trabalhos remunerados e melhorar a sua situação econômica.

Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO) é uma rede global focada em garantir a subsistência dos pobres, especialmente as mulheres que trabalham na economia informal. Acreditamos que todas as trabalhadoras e trabalhadores devem ter direitos e oportunidades econômicas iguais. A WIEGO cria mudanças através da capacitação entre as organizações de trabalhadores/as informais, ampliando a base de conhecimentos sobre a economia informal e influenciando políticas locais, nacionais e internacionais. Visite www.wiego.org.

Sobre a autora:

Laura Alfes é Diretora Adjunta do Programa de Proteção Social da WIEGO e Pós-doutoranda no Institute of Social and Economic Research da Rhodes University. Para perguntas ou comentários sobre esta publicação, entre em contato com Laura por e-mail: laura.alfers@wiego.org.

Acknowledgements:

A Iniciativa para o Cuidado das Crianças da WIEGO foi generosamente financiada pela Fundação William & Flora Hewlett. A autora gostaria de agradecer a Rachel Moussie, Francie Lund e Gisèle Yasmeen pelas contribuições críticas na pesquisa e elaboração deste relatório, e Ana Carolina Ogando e Marina Brito (WIEGO no Brasil), Dorcas Ansaah, Kweku Kyere e Lydia Pobee (WIEGO em Gana), Susan Thomas (SEWA), Phumzile Xulu e Mbali Mthembu (SAIWA) e Poonsap Tulaphan e Chonticha Tangworamonkong (HomeNet Tailândia) pela realização dos grupos focais e entrevistas individuais nos quais este relatório se baseia.

Data da Publicação: Julho de 2016

ISBN: 978-92-95106-68-0

Publicado por Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO) Uma Organização Beneficente Limitada – Companhia No. 6273538, Beneficência registrada No 1143510

Secretaria da WIEGO
Harvard Kennedy School
79 John F. Kennedy Street
Cambridge, MA 02138, EUA
www.wiego.org

WIEGO Limitada
521 Royal Exchange
Manchester, M2 7EN
Reino Unido

Fotografia da capa: A tralhadora informal Hakia Latif carrega mercadorias na cabeça e sua filha nas suas costas num mercado em Accra, Gana.
Foto: Jonathan Torgovnik/Getty Images Reportage

Design por: Julian Luckham da Luckham Creative

Copyright © WIEGO. Esse relatório pode ser replicado para fins educacionais, organizativos e para políticas desde que a fonte seja citada.

Sumário

1. Introdução	1
2. Métodos e participantes	3
3. Resultados	5
4. Impacto do trabalho remunerado na vida familiar	7
5. Como trabalhadoras informais com filhos pequenos gerenciam os cuidados infantis?	9
6. O papel dos homens no cuidado da criança	17
7. O que faz uma creche ser boa?	19
8. Conclusão	23
Referências	24
Anexo A	26
Anexo B	29

Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Características individuais das participantes	4
Tabela 2: Forma primária de cuidado das crianças enquanto a mãe trabalha, por país	10
Figura 1: Agregado das alternativas primárias de cuidado das crianças utilizadas por trabalhadoras informais	11



Um grupo de mulheres escuta sobre alimentos saudáveis em um encontro sobre nutrição numa creche BalSEWA em Ahmedabad, Índia. Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

“Nossos filhos não recebem a atenção que merecem”

1. Introdução

Em todo o mundo, as mulheres estão sobre-representadas em formas inseguras de emprego, nas quais os rendimentos são baixos. Esse relatório de pesquisa concentra-se em um dos fatores estruturais que tanto reforçam quanto reproduzem a posição marginal das mulheres no mercado de trabalho, devido, em grande medida, a sua responsabilidade desproporcional com o cuidado não remunerado das crianças, em comparação com os homens. Dados quantitativos disponíveis, principalmente derivados de pesquisas de usos do tempo, mostram de forma consistente que são as mulheres, ao invés dos homens, que assumem a responsabilidade principal de cuidar das crianças, e que elas estão propensas a ganhar menos do que os homens quando participam em trabalhos remunerados (Charmes, 2006; Budlender, 2008). O trabalho não remunerado restringe e/ou, de outra forma, altera o tempo que as mulheres podem gastar em atividades remuneradas de maneira tal que afeta negativamente a sua capacidade de obter renda. Pode também, mais indiretamente, impactar nos seus ganhos através da sua relação com a segmentação do mercado de trabalho, que resulta em uma concentração maior de mulheres em profissões menos bem pagas relacionadas ao “cuidado”, incluindo as trabalhadoras que são pagas para cuidar de crianças (Lund, 2010).

Este artigo relata os resultados de uma pesquisa qualitativa, que foi realizada com organizações de base (OBs) de trabalhadores e trabalhadoras pobres em cinco países - Brasil, Gana, Índia, África do Sul e Tailândia. O estudo incidiu sobre as trabalhadoras informais e as interações entre a sua necessidade de segurança econômica, definida em termos de ganhos bem como a capacidade de manter poupança e bens no longo prazo, e sua responsabilidade de cuidar das crianças. As principais questões de pesquisa incluem:

- Qual é o impacto do trabalho não remunerado na capacidade das trabalhadoras informais de obter uma renda?
- Como as trabalhadoras informais com crianças pequenas gerenciam os cuidados infantis?
- Quais alternativas estão disponíveis para elas?
- Quais intervenções elas consideram que as ajudariam a lidar melhor com as necessidades de serviços de cuidado a fim de melhorar as suas condições de trabalho?
- Qual é o impacto do envolvimento no trabalho remunerado em sua vida familiar?
- Quando e como os homens ajudam com as necessidades de cuidados infantis?

Embora muito tenha sido escrito a esse respeito em relação à posição das mulheres no mercado de trabalho nos países industriais e pós-industriais do norte global (Williams, 2000; Stoll et al., 2006; Henley et al., 2006; Enchautegui et al., 2015), relativamente pouca atenção tem sido dada às interações entre o mercado de trabalho e o trabalho não remunerado relacionados aos cuidados no sul global. Aqui, a predominância do emprego informal (OIT, 2012) - definido pela sua exclusão dos regimes de proteção social e trabalhista, onde as relações empregador-empregado são muitas vezes inexistentes, turvas, ou deliberadamente escondidas, onde o trabalho é realizado em locais de trabalho informais tais como ruas, casas e aterros sanitários onde a maioria dos rendimentos são muito baixos e as horas de trabalho não regulamentadas - garante uma dinâmica de mercado de trabalho diferente do norte global, que tem níveis mais elevados de emprego formal, e onde até mesmo os níveis crescentes de empregos “fora dos padrões” continuam a operar dentro de um regime de regulação do trabalho (Carré e Heintz, 2009). Isto não significa traçar uma linha divisória rígida entre as trabalhadoras pobres do hemisfério norte e do sul, que, na realidade, encontram muitos desafios semelhantes, mas sim reconhecer que existe uma diferença e ela deve ser considerada nas pesquisas sobre este assunto. Esse estudo ajuda a preencher essa lacuna na literatura através do desenvolvimento de um quadro mais detalhado da dinâmica do trabalho não remunerado e o emprego informal e busca uma melhor compreensão das possíveis intervenções políticas que podem apoiar as mulheres informalmente empregadas a equilibrar as suas responsabilidades com os cuidados e o trabalho remunerado.

O relatório argumenta que a prestação de serviços públicos de cuidado das crianças de boa qualidade e acessíveis é uma intervenção política chave que tem o potencial de melhorar significativamente a produtividade e os rendimentos das mulheres trabalhando informalmente. Entende-se que a socialização do cuidado das crianças nem sempre é considerada ideal - que as mães (e pais) que desejam cuidar de seus próprios filhos devem ser empoderados pela sociedade para tal (Lister, 1997). Além disso, que políticas sociais como esta nunca podem ser uma panaceia para corrigir as desigualdades sistêmicas na economia política global, que minam a capacidade das famílias de cuidar dos seus filhos. As realidades do contexto global atual, nas quais a política macroeconômica, os cortes nos gastos do Estado e o enfraquecimento da regulação do trabalho estão colocando pressão crescente sobre os recursos econômicos dos pobres do mundo, significam que a capacidade das famílias de cuidar de seus filhos adequadamente está sendo corroída (Heymann, 2006; Razavi, 2011; ONU Mulheres, 2015). Para muitos homens



*Rattana Chalermchai trabalha como trabalhadora domiciliar da indústria de vestuário enquanto olha sua neta em Bangoc, Tailândia.
Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage*

e mulheres que trabalham na economia informal, baixos rendimentos indicam que eles precisam trabalhar para satisfazer suas necessidades básicas e não têm tempo ou os recursos necessários para gastar com cuidados infantis. Famílias, e as mulheres em particular, precisam de apoio no cumprimento das suas necessidades econômicas e de cuidados; a construção de uma responsabilidade coletiva pelo cuidado através da provisão pública desses serviços é uma forma importante de se fornecer este apoio.

As condições estruturais que asseguram que o trabalho das mulheres - e o trabalho não remunerado como uma extensão dele - permaneça subvalorizado pela sociedade, se manifestam de várias maneiras. Este relatório de pesquisa está centrado explicitamente em apenas um aspecto da questão mais ampla. Se concentra exclusivamente

no cuidado das crianças, em oposição à combinação do cuidado das crianças, idosos e doentes - que criam obstáculos às oportunidades econômicas e à realização dos direitos das mulheres à educação e participação política. Ele também foca nas trabalhadoras informais como usuárias, ao invés de provedoras, do cuidado e não leva em conta o grande número de mulheres em todo o mundo que estão envolvidas na prestação informal de serviços de cuidados - incluindo aquelas que proveem cuidados aos filhos de outras trabalhadoras informais - muitas vezes em condições altamente exploradoras (Tokman, 2010; OIT, 2013; ITUC, 2016). A maioria das trabalhadoras domésticas, por exemplo, não têm contratos de trabalho que garantam um salário, horas de trabalho regulares, férias pagas e as contribuições para a seguridade social (OIT, 2016).

Esse relatório escolheu se concentrar nas usuárias de serviços de cuidados e o cuidado das crianças como um reflexo da necessidade de manter um foco específico, particularmente em relação às suas recomendações em torno de prestação de serviços. Isso porque existem diferenças muito reais entre os serviços que apoiam as mulheres em relação ao cuidado de idosos e doentes e aqueles que fornecem suporte para cuidar das crianças. Reconhece-se que algumas das recomendações contidas nas últimas partes desse relatório podem criar tensões entre as trabalhadoras informais que são usuárias e aquelas que são prestadoras de serviços de cuidados. No entanto, a intenção não é criar divisões entre as mulheres que trabalham, mas sim destacar um aspecto da questão mais ampla do trabalho não remunerado e a situação econômica das mulheres. Reconhecendo isso, o relatório conclui com a necessidade de que seu esforço seja contextualizado e complementado por mais investigações e apoio para prestadores e prestadoras informais de cuidados.



*A criança de seis meses de uma costureira cochila enquanto sua mãe costura numa fábrica em Bangoc, Tailândia.
Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage*

2. Métodos e participantes

O trabalho de campo foi realizado entre outubro e dezembro de 2015, em cinco locais: João Monlevade, no Brasil, Accra, em Gana, Ahmedabad, na Índia, Bangkok, na Tailândia, e Durban, na África do Sul. No total, 159 trabalhadoras informais foram entrevistadas durante o curso da pesquisa. Tal como acontece com a maioria dos estudos qualitativos, os critérios de amostragem foram intencionais, e não aleatórios. As participantes foram selecionadas com base em sua condição de membros de uma organização de trabalhadores/as informais - todas elas associadas à WIEGO. No Brasil, foram realizadas entrevistas entre as catadoras de materiais recicláveis da Cooperativa Atlimarjom, em Gana, com membros da Associação de Mercados de Gana (GAMA, na sua sigla em inglês) e com a Associação de Vendedores e Vendedores Ambulantes Informais de Gana (IHVAG, na sua sigla em inglês), na Índia, com a Associação das Mulheres Auto-Empregadas (SEWA, na sua sigla em inglês), na África do Sul com a Associação Sul-africana dos Trabalhadores Informais (SAIWA, na sua sigla em inglês), e na Tailândia com a HomeNet Tailândia (HNT).

Entre os critérios de amostragem, foi dada a preferência às mulheres com crianças menores de 7 anos de idade. Foram feitos esforços também para incorporar diferentes setores, incluindo as vendedoras de rua, catadoras de materiais recicláveis, trabalhadoras domiciliares, as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras agrícolas, dentro da amostra, embora as trabalhadoras domiciliares, vendedoras ambulantes e catadoras predominaram. O foco principal da WIEGO está nas trabalhadoras e trabalhadores pobres urbanos, o que significa que todas as entrevistas,

exceto uma na Índia, que olhou para as experiências das trabalhadoras agrícolas, foram realizadas em áreas urbanas. Devido à natureza exploratória e qualitativa do estudo, não foi considerado necessário garantir que os números da amostra fossem consistentes em todos os países. Os tamanhos da amostra em cada país foram escolhidos de acordo com as necessidades e capacidade das OBs envolvidas. A maioria dos dados foi coletada através de discussões em grupos focais que consistiam em grupos de cinco a oito participantes cada. Um roteiro de entrevistas padronizado para os grupos focais (Anexo A) foi desenvolvido pela WIEGO e aplicado pelos pesquisadores dos países. Alguns métodos específicos para coletar informação incluíam relógios de atividade, “contação” de histórias e uma avaliação das características do que tornaria os serviços de cuidado das crianças “bons” e “ruins”. Um curto questionário foi aplicado antes do início das discussões em grupo para capturar as informações do participante individual (IPI) (Anexo B).

As características básicas da amostra estão apresentadas na Tabela 1 abaixo. A maioria das participantes era da Tailândia (28 por cento), seguida pela Índia (25 por cento). Noventa por cento das entrevistadas estavam cuidando de pelo menos uma criança com menos de sete anos de idade. A maioria das mulheres (82,5 por cento) identificou-se como as mães das crianças, enquanto 15 por cento, principalmente trabalhadoras tailandesas, se identificaram como a avó. Avós que cuidam de netos pequenos foi um fenômeno que foi explorado na Tailândia, já que muitos dos membros da HNT se enquadram nesta categoria. O setor dominante foi o de trabalhadoras domiciliares, e isso porque as trabalhadoras da Índia e da Tailândia, onde o trabalho

domiciliar predomina, representam a maioria da amostra. Sessenta e quatro por cento das participantes estava entre as idades de 25 e 45 anos, e a maioria (65 por cento) era casada. Desagregar os dados sobre o estado civil revela uma clara diferença entre os países - no Brasil e na África do Sul a maioria das mulheres era solteira, divorciada ou viúva, enquanto em Gana, Índia e Tailândia, a maioria era casada.

Perfil das OBs
<p>Cooperativa Atlimarjom Localizada em João Monlevade, Minas Gerais, Brasil Início em: 2001 Número de membros: 26 Setor: catadoras e catadores de material reciclável</p>
<p>Associação de Mercados de Gana Localizada em Accra, Gana Início em: 1961 Número de membros: Representa todos os 40 mercados formais em Accra Setor: feirantes</p>
<p>Associação de Vendedores de Rua e Vendedores Ambulantes Informais de Gana Localizada em Accra, Gana Início em: 2003 Número de membros: 6000 Setor: vendedores e vendedoras ambulantes e de rua</p>
<p>Associação das Trabalhadoras Auto Empregadas Localizada em Ahmedabad, na Índia, mas opera em toda a Índia Início em: 1971 Número de membros: 1,9 milhões Setor: Uma gama de setores, incluindo as trabalhadoras domiciliares, vendedoras ambulantes, trabalhadoras agrícolas, catadoras, trabalhadoras da construção civil</p>
<p>Associação Sul-africana de Trabalhadores Informais Localizada em Durban, África do Sul Início em: 2011 Número de membros: 1000 Setor: vendedores e vendedoras de rua, feirantes, trabalhadores e trabalhadoras domiciliares</p>
<p>HomeNet Tailândia Localizada em Bangkok, Tailândia, mas opera em quatro regiões da Tailândia Início em: 1992 Número de membros: 3900 Setor: trabalhadores e trabalhadoras domiciliares, trabalhadoras e trabalhadores domésticos, vendedores e vendedoras de rua</p>

Tabela 1: Características individuais das participantes		
		No. e % do total da amostra (n=159)
OB		
	Cooperativa Atlimarjom (Brasil)	13 [8%]
	GAMA & IHVAG (Gana)	32 [20%]
	SEWA (Índia)	39 [25%]
	SAIWA (África do Sul)	30 [19%]
	HNT (Tailândia)	45 [28%]
Setor		
	Trabalhadoras da Agricultura	6 [4%]
	Trabalhadoras Domésticas	7 [4%]
	Trabalhadoras Domiciliares	63 [40%]
	Vendedoras de rua/mercado	57 [36%]
	Cadoras de Material Reciclável	24 [15%]
	Outras	2 [1%]
Idade		
	18-25	30 [19%]
	26-35	53 [33%]
	36-45	49 [31%]
	46-55	14 [9%]
	56-65	11 [7%]
	Acima de 65	2 [1%]
Estado Civil		
	Moram juntos	3 [1.5%]
	Casada	103 [65%]
	Separada/Divorciada	11 [7%]
	Solteira	32 [20%]
	Viúva	4 [2.5%]
	Não informado	6 [4%]
Relação com a criança		
	Tia	4 [2.5%]
	Avó	24 [15%]
	Mãe	131 [82.5%]



Kasha Solanki, professora na creche BalSEWA em Ahmedabad, Índia, sentada com uma de suas crianças de 3 anos de idade.
Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

3. Resultados

3.1 Como o cuidado das crianças afeta a capacidade das mulheres trabalhadoras informais de obter uma renda?

Em um estudo comparativo de dados quantitativos de Accra e da Cidade da Guatemala, Quisumbing et al. (2003) descobriram que a presença de instalações acessíveis de cuidados infantis fez diferença nos níveis de emprego das mulheres só na Cidade da Guatemala, e não em Accra. As autoras atribuem essa diferença ao fato de que as mulheres na Cidade da Guatemala trabalham como trabalhadoras assalariadas em *maquiladoras*¹, mas em Accra muitas mulheres são trabalhadoras informais por conta própria. Isso as leva a concluir que o provimento de “creches pode ser uma consideração menos importante para as mulheres trabalhadoras por conta própria quando se trata da decisão de entrar no mercado de trabalho” (p.ii). No entanto, este estudo sugere que isso *não* deve ser interpretado no sentido de que a provisão de cuidados infantis não é importante para as trabalhadoras por conta própria.² A pesquisa revela que os cuidados com as crianças impactam a capacidade das trabalhadoras informais de obter uma renda via diferentes caminhos. Isto significa que a decisão sobre entrar ou não no mercado de trabalho é apenas um caminho que liga o empoderamento econômico ao cuidado das crianças.

Em primeiro lugar, as mulheres podem procurar trabalhos que sejam mais flexíveis, mas que também são mais irregulares e menos bem pagos. Na Tailândia, por exemplo, as trabalhadoras domiciliares disseram que elas sabiam

que “trabalhar fora” de casa significaria que elas poderiam acessar empregos mais bem pagos e mais regulares, mas a conveniência de poder cuidar de seus filhos e das tarefas domésticas significava que trabalhariam casa, em última análise, fazia mais sentido [Tailândia GF5]. No entanto, mesmo para as trabalhadoras informais que trabalham fora de casa, a necessidade de flexibilidade era primordial e influenciou a escolha de emprego³. Várias catadoras na África do Sul disseram que a razão de terem assumido esta forma precária de emprego foi por causa da flexibilidade que permitia [África do Sul GF3]. Em Gana, uma mulher contou esta história:

Cerca de seis meses atrás eu tive um emprego como faxineira, mas tinha de comparecer às 06h00 e terminar às 18h00. Eu concordei com o trabalho, mas na manhã seguinte, quando eu tive que começar o trabalho, eu reconsiderarei a decisão no que diz respeito ao cuidado dos meus filhos. A mulher para quem eu ia trabalhar me ligou

¹ N.T.: Maquiladoras são empresas e/ou fábricas que se especializaram na montagem e etiquetagem de produtos para exportação através da importação de peças ou componentes vindos de outros lugares do mundo. Esse tipo de empresa/fábrica ficou conhecida originalmente no México, mas seu modelo se expandiu para toda a América Latina.

² Esta é a interpretação feita por Buvinic, Furst-Nichols & Courey Pryor em seu “Roteiro para a Promoção do Empoderamento Econômico da Mulher”, escrito em 2013 para a Fundação das Nações Unidas e ExxonMobil.

³ A palavra “escolha” aqui deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de restrições à participação das mulheres na força de trabalho. Essas mulheres não estão escolhendo entre um emprego formal bem remunerado e um emprego informal mal pago, elas estão geralmente escolhendo entre dois empregos informais mal pagos.

na manhã seguinte para perguntar se eu estava vindo porque já era cerca de uma hora depois das 06h00. Eu disse a ela que eu queria levar meus filhos para a escola antes de comparecer, mas sua resposta foi que se eu chegasse atrasada, eu iria receber menos do que o que me era devido, então eu decidi parar e começar outro trabalho [Gana GF3].

No fim, esta mulher passou a vender de porta em porta com uma renda muito menos segura. Na Índia, duas trabalhadoras agrícolas disseram que elas tinham aceitado um trabalho que lhes permitia voltar para casa a cada três horas para amamentar seus filhos [Índia Relatório GF].

Em segundo lugar, cuidar dos filhos afeta os horários de trabalho de tal forma que pode impactar negativamente o rendimento. Em Accra, o melhor momento para vender nas ruas é no início da manhã, já que as pessoas estão indo para o trabalho, e à noite, quando as pessoas voltam para casa. No entanto, “*esses são também os momentos em que os seus filhos precisam mais de você*”, destacou uma vendedora de Gana [Gana GF1]. Outra vendedora falou sobre como ela tinha conseguido lidar com este dilema: “*... Às vezes, eu faço ele [seu filho] faltar à escola no dia para que eu possa cuidar da minha farinha, que tem de ser misturada na área com as máquinas e assim ter tempo suficiente para fritar e vender*”, disse uma padeira ganesa e vendedora de “*buff loaf*” [bola de massa frita]. Eventualmente, preocupada com a educação do seu filho, ela decidiu “*pegar a farinha em quantidades grandes o suficiente*” que desse para fritar *buff loaves* por dois ou três dias. O problema é que os “*buff loaves*” tem um gosto melhor quando frescos, e por isso a estratégia “*ajudou na educação do meu filho, mas meu negócio de buff loaf caiu porque guardo uma mistura antiga... e o gosto mudou*” [Gana GF2]. Na África do Sul, uma vendedora reclamou do fato de que ela teve que diminuir seu dia de trabalho a fim de pegar seu filho na creche: “*Antes, quando eu não tinha uma criança pequena, eu costumava trabalhar até tarde, cerca de 16h00 ou 17h00. Os caminhões trazem bons materiais no final do dia e eu sinto que eu estou perdendo tudo isso*” [África do Sul GF3]. Na Tailândia, uma trabalhadora domiciliar disse que, se ela passa “*muito tempo*” cuidando de seu filho durante o dia, ela tem que compensar, dormindo menos para trabalhar até tarde da noite [Tailândia GF7].

Uma terceira maneira na qual o cuidado infantil pode afetar os rendimentos das trabalhadoras informais é distraíndo-as de seu trabalho e diminuindo a sua produtividade. Este é um problema enfrentado pelas mulheres que trabalham e cuidam dos filhos em casa (trabalhadoras domiciliares), mas também para outras trabalhadoras informais que trazem seus filhos para trabalhar com elas. “*Quando as crianças*

não estão conosco, podemos trabalhar mais rápido. Minha cunhada, que leva seu filho para a creche [da SEWA] consegue ganhar mais por dia do que eu, porque meu filho está em casa comigo e necessita de atenção... Ele interfere com o meu trabalho. Eu faço rotis [pão achatado] para venda. Estou sempre com medo de que ele toque na chapa quente e se queime. Em outros momentos, ele corre para fora de casa e eu tenho que correr atrás dele para trazê-lo de volta”, disse uma trabalhadora domiciliar indiana [Índia Relatório GF]. Uma comerciante sul-africana se queixou de que seu “*trabalho foi afetado*” por sua criança correndo em volta, deixando-a “*louca*” enquanto ela tentava trabalhar [África do Sul GF5]. Uma trabalhadora domiciliar tailandesa tinha desenvolvido um método engenhoso para manter sua criança quieta enquanto ela trabalhava: “*Quando eu estava vivendo em Bangkok, eu costurava e cuidava do meu filho amarrando uma ponta da corda no berço e outra no meu pé. Assim eu operava a máquina de costura enquanto balançava o berço com o meu pé.*” Ela admitiu que isso era cansativo, mas disse que “*pele menos [ela era] capaz de obter alguma renda*” [Tailândia GF1].

Relacionado a isso está o fato de que as crianças pequenas, especialmente as que estão começando a andar, podem danificar os produtos, também resultando em uma perda de renda para a cuidadora. “*Meu neto permanece ao meu redor, agarrando e puxando a rede de pesca (na qual ela estava trabalhando). Às vezes ela rasga e eu tenho que consertá-la*”, queixou-se uma avó tailandesa [Tailândia GF7]. Outra trabalhadora tailandesa relatou uma ocasião em que ela foi chamada pela compradora dos *hijabs* que fizera: “*Meu trabalho tinha rasgos... eles foram cortados por uma tesoura. Quatro peças ao todo. Eu não tinha notado que a minha filha tinha agarrado a tesoura... [A compradora] estava prestes a vender os hijabs. Ela disse que da próxima vez ela teria de deduzir do meu salário*” [Tailândia GF5].

Finalmente, para aquelas que trabalham fora de casa, há também o problema de não ter espaços adequados nos quais deixar as crianças. Isso pode afetar o rendimento de várias maneiras. “*Eu levo meu filho para trabalhar comigo, mas quando o tempo está ruim, como quando está chovendo, está ventando e/ou muito quente, eu não posso levá-lo para o trabalho porque não tem nenhum abrigo no lugar onde trabalho, então eu fico em casa*” [África do Sul GF3]. Não ter instalações para troca de fraldas e amamentação também pode ser um problema, especialmente quando se está vendendo alimentos: “*Quando você vende comida com uma criança que está com apenas alguns meses de idade e você amamenta e troca as fraldas enquanto trabalha, as pessoas não compram de você por causa da cena desagradável que essas coisas criam; elas acham isso repugnante, assim como a comida*”, disse uma vendedora de Gana [Gana GF4].



Uma trabalhadora domiciliar costura roupas enquanto seus netos brincam em casa em Bangkok, Tailândia.
Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

4. Impacto do trabalho remunerado na vida familiar

A capacidade de ter um trabalho remunerado era uma necessidade para a maioria das mulheres entrevistadas durante o estudo. Isso porque ou eram mães solteiras (em particular na África do Sul, onde 26 das 30 mulheres entrevistadas não tinham um parceiro), ou porque seus maridos não ganhavam o suficiente para sustentar a família com uma única renda. No entanto, ter uma renda também era uma fonte de orgulho para algumas das mulheres, que claramente se sentiam empoderadas, por sua capacidade de contribuir para a renda familiar. “*Nossa renda ajuda a família de várias maneiras*”, disse uma fabricante de pipas da Índia. “*Nós podemos usar roupas melhores e podemos comprar leite e frutas*” [Índia Relatório GF]. Uma trabalhadora doméstica acrescentou que não importa se o seu marido foi capaz de encontrar trabalho ou não, porque ela era “*capaz de cuidar da casa*” com seus próprios ganhos.

No entanto, a partir do estudo, também ficou claro que, ao estar num trabalho remunerado, as mulheres tornam-se sujeitas à universalmente conhecida “dupla jornada”, que afeta as mulheres em todos os países e classes socioeconômicas. No caso das trabalhadoras informais, no entanto, há o problema adicional das horas de trabalho que seguem padrões muito diferentes do trabalho típico de escritório, e frequentemente são muito longas. Os relógios de atividade preenchidos pelas participantes dos grupos focais revelam um dia de trabalho que começa bastante cedo e termina muito tarde, geralmente começando e terminando com o trabalho doméstico. Estresse e exaustão pareceram ser parte normal da vida das mulheres

entrevistadas. As mulheres se preocupavam com o impacto dessas longas horas de trabalho sobre a coesão de sua vida familiar - na Índia uma mulher reclamou que sua família não poderia comer reunida por causa dos diferentes horários de trabalho. Outra disse que se os seus materiais de trabalho chegassem tarde, ela teria que trabalhar até tarde, o que significava que o jantar da família só estaria pronto às 22h [Índia Relatório do GF].

Somando-se ao estresse, há a preocupação que mulheres tem sobre negligenciar seus filhos: “*... na verdade não há tempo para as crianças. Nossos filhos não recebem a atenção que merecem de nós*” [África do Sul GF1]. No Brasil, por exemplo, observou-se que as mulheres estavam em média gastando apenas 2-3 horas por dia com seus filhos [Brasil GF1]. As consequências disso foram amplas. Aumentou o estresse da mãe e impactou na sua capacidade de trabalhar: “*Às vezes você pode pensar muito sobre os filhos quando eles estão longe de você; você vê como as outras crianças são cuidadas e sabe que você não está fazendo muito pelas suas. Isso pode fazer você perder a concentração no mercado de tal forma que você simplesmente não consegue vender bem*” [Gana GF2]. As mulheres também se preocuparam com os efeitos negativos sobre a educação dos filhos, saúde e desenvolvimento geral. “*A educação deles é afetada porque a atenção necessária para monitorar seu progresso é limitado, já que você também tem que trabalhar para colocar comida na mesa*”, disse uma mulher de Gana [Gana GF1].

Um sentimento que surgiu em vários dos grupos focais foi o de que a responsabilidade pelo cuidado da criança deve ser vista como parte de uma responsabilidade pública,



*Uma criança de seis meses brinca no chão de uma fábrica enquanto sua mãe trabalha em Bangoc, Tailândia.
Foto: Paula Bronstein/ Getty Images Reportage*

coletiva, porque as mulheres simplesmente não têm tempo para fornecerem tanto renda quanto cuidados adequados para seus filhos. No Brasil, as participantes da pesquisa sugeriram que era responsabilidade do Estado apoiar as trabalhadoras com políticas sociais mais abrangentes no que diz respeito ao cuidado das crianças. Elas reivindicaram mais creches funcionando em horários estendidos durante o dia, mas também o fornecimento de programas de saúde e educação adicionais para compensar o tempo que as mães são impossibilitadas de passar com seus filhos [Brasil GF1]. As mulheres indianas que enviaram seus filhos para as creches da SEWA ecoaram esses sentimentos, sentindo que não tinham nem tempo nem energia para transmitir bons comportamentos, valores e educação básica para seus filhos; elas realmente apreciaram o fato de que as creches foram capazes de fazer isso por elas [Índia Relatório GF].



Mayuri Suepwong é uma mãe solteira que trabalha como trabalhadora domiciliar na indústria de vestuário de Bangoc, Tailândia. Sua filha a ajuda após a escola. Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

5. Como trabalhadoras informais com filhos pequenos gerenciam os cuidados infantis?

O Relatório sobre o Progresso das Mulheres do Mundo (2015) das Nações Unidas relata uma pesquisa realizada em 31 países em desenvolvimento, a qual revela a falta de alternativas de cuidados infantis disponíveis para as mulheres que trabalham. Trinta e nove por cento das mulheres inquiridas com filhos menores de seis anos disse que elas cuidavam de seus próprios filhos enquanto trabalhavam. Apenas 4 por cento tinham acesso a um arranjo organizado de berçário ou creche, o que diminuiu para 1 por cento para as mulheres mais pobres. No entanto, os resultados dos IPIs neste estudo revelam um padrão diferente. Contribui para essa diferença, sem dúvida, o tamanho da amostra muito menor, em menos países. O elevado número de membros da SEWA que foram entrevistados, que têm acesso aos serviços de acolhimento de crianças através das creches BaSEWA também contribui, assim como a presença de trabalhadoras brasileiras, que têm acesso a creches gratuitas, e as trabalhadoras de Gana, que podem mandar seus filhos para a escola em uma idade muito jovem.

No Brasil, a maioria das mulheres entrevistadas dependia das creches do governo como a sua primeira opção de cuidado infantil, enquanto outras contavam com membros

da família para o cuidado. Em muitos casos, vizinhas também foram usadas como um suporte secundário, quando outras opções não estavam disponíveis. Em Gana, a grande maioria das mulheres enviava seus filhos para a escola com 1 ano de idade, com os membros da família (geralmente avós) atuando como um apoio quando necessário. Na Índia, a maioria das mulheres entrevistadas enviava seus filhos para um centro de cuidados infantis não-governamental, embora tenha sido seguido de perto pelo número de mulheres que contavam com membros da família como apoio. Este achado é improvável que seja representativo da Índia como um todo, porque várias mulheres que foram entrevistadas eram membros da SEWA e enviam seus filhos para uma creche da SEWA. Na África do Sul, a maioria das mulheres entrevistadas contou com creches privadas (principalmente informais e não regulamentadas) para cuidar de seus filhos enquanto elas estão trabalhando, seguido de perto pelo apoio de membros da família (novamente principalmente avós). Na Tailândia, um grande número de mulheres entrevistadas eram avós que estão cuidando de seus netos, mas ainda tentando ganhar a vida. Na maioria dos casos, estas mulheres contaram com outros membros da família para apoiá-las, mas em vários casos, elas são as únicas cuidadoras e têm de administrar o trabalho e o cuidado simultaneamente.

Tabela 2: Forma primária de cuidado das crianças enquanto a mãe trabalha, por país⁴

BRASIL	
Creche governamental	5 [63%]
Membro da família	3 [37%]
GANÁ	
Escola	29 [91%]
Creche privada	3 [9%]
ÍNDIA	
Creche provida por ONGs	15 [38%]
Membro da Família	11 [28%]
Cuidados pelas mães em casa enquanto elas trabalham	8 [20%]
Creche governamental	5 [13%]
ÁFRICA DO SUL	
Creche privada (a maioria informal e não regulamentada)	11 [37%]
Membro da família	9 [30%]
Eles vão para o trabalho	5 [17%]
Vizinhas/os	2 [7%]
Escola	1 [3%]
Cuidados pelas mães em casa enquanto elas trabalham	1 [3%]
TAILÂNDIA	
Membro da família	19 [42%]
Cuidados pelas mães em casa enquanto elas trabalham	16 [36%]
Creche governamental	10 [22%]

As diferenças nas alternativas de cuidados infantis usadas nos países são um reflexo de uma série de questões, incluindo o quadro institucional que rege o cuidado das crianças em cada país, as normas sociais e culturais, bem como as diferenças entre os trabalhadores individuais (os níveis de renda, por exemplo), e entre grupos de trabalhadores, particularmente diferenças setoriais. As diferenças também surgem nas especificidades da amostra - o número de avós entrevistadas na Tailândia, e o número de membros da SEWA que têm acesso às creches dessa organização, na Índia.

No Brasil, creches gratuitas foram providas pelo Estado desde a década de 1960 (Ogando e Brito, 2016). Como este relatório vai mostrar mais tarde, essas creches têm seus problemas. No entanto, elas foram claramente um importante suporte para as catadoras de material reciclável que foram entrevistadas durante este projeto de pesquisa. Em Gana, as participantes do estudo revelaram uma profunda desconfiança da provisão de serviços de cuidado privados, tanto por membros da família quanto por uma

trabalhadora doméstica contratada. Houve, no entanto, um forte apreço à importância da educação que, combinado ao fato de que as escolas (com pré-escolas) estão dispostas a admitir crianças muito jovens, significava que a maioria das mulheres entrevistadas estava aproveitando esta opção. Embora a idade escolar em Gana seja oficialmente de três anos ou mais, as mulheres neste estudo relataram que enviam crianças de até um ano de idade para a escola.

Na Índia, o estado oferece suporte para o atendimento de crianças muito jovens através do seu Esquema Integrado de Desenvolvimento Infantil (*Integrated Child Development Scheme - ICDS*), que estima-se atender cerca de 26 por cento das crianças da Índia de zero a seis anos, mas tem horários de funcionamento limitados entre duas a quatro horas por dia, tornando-os menos do que ideais para as mães que trabalham (Palriwala e Neetha, 2011). As organizações não governamentais são também ativas na prestação de serviços de cuidados infantis, como a SEWA e as conhecidas Creches Móveis (*Mobile Crèches*), mas em grande parte o cuidado de crianças pequenas em famílias pobres ou é feito por mulheres ou filhas mais velhas (Palriwala e Neetha, 2011). Na África do Sul, tem havido uma tentativa por parte do Estado de institucionalizar o Desenvolvimento da Primeira Infância (*Early Childhood Development - ECD*). Até o momento, isso resultou na universalização de uma Série R (Grade R⁵), em escolas primárias (um ano de recepção para as crianças de 5 anos), e a subvenção de centros de educação semi-públicos e sem fins lucrativos para a primeira infância para crianças mais novas. No entanto, as instalações para crianças menores de cinco anos não conseguem acompanhar a demanda e um grande número de crianças pequenas (especialmente de zero a dois anos) dependem de arranjos informais de cuidados infantis (Martin et al., 2014). Em Bangkok, Tailândia, o município tem, desde 2004, fornecido subsídios para creches da comunidade para prestar cuidados a crianças de zero a seis anos (Administração Metropolitana de Bangkok, 2007).

Diferenças setoriais entre as trabalhadoras também são importantes e interagem com o quadro institucional e as normas sociais em cada país para determinar a extensão em que as alternativas de cuidados infantis são consideradas viáveis. Trabalhadoras domiciliares da Índia e da Tailândia foram mais propensas a não ter nenhum apoio no cuidado das crianças – elas escolheram a opção do trabalho domiciliar para que pudessem cuidar de seus filhos. Para catadoras no Brasil e na África do Sul,

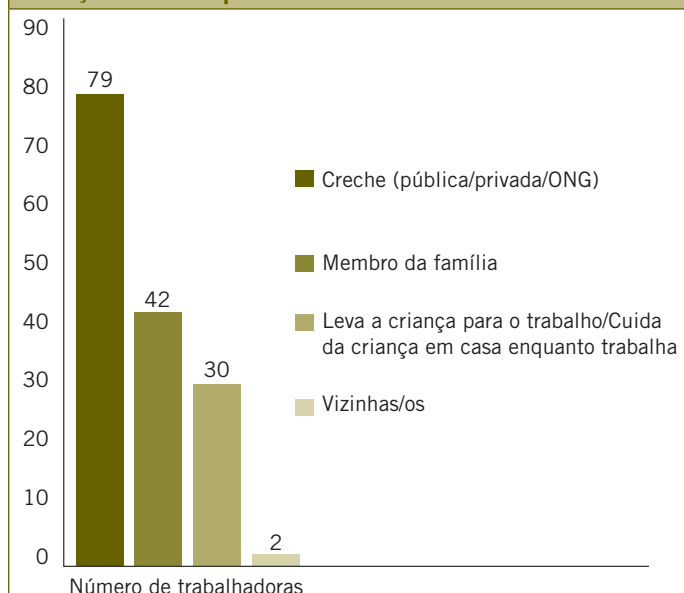
⁴ Essa tabela exclui 6 trabalhadoras do Brasil, cujos filhos eram adolescentes mais velhos.

⁵ N.T.: Para mais informações consulte: <http://www.southafrica.info/services/education/edufacts.htm#.V3eLEY4wKR#ixzz4DF6ltvZ8>

no entanto, a ideia de trazer uma criança ao trabalho foi pensada como altamente indesejável devido ao ambiente de trabalho perigoso. Nestes casos, as mulheres disseram que preferem não trabalhar se não tiverem outros arranjos de cuidado das crianças disponíveis. A coordenadora de creches da SEWA também observou que as diferenças setoriais também impactaram nas formas como as mulheres interagem com as creches. Por exemplo, vendedoras ambulantes geralmente precisam deixar seus filhos na creche durante todo o dia, enquanto as trabalhadoras agrícolas e, por vezes, trabalhadoras domiciliares, que têm mais flexibilidade e podem trabalhar mais perto da creche, virão para a creche durante o dia para amamentar.

A seção seguinte sintetiza e discute com mais profundidade as alternativas de cuidados infantis que foram utilizadas pelas trabalhadoras informais que participaram neste estudo. Classifica-se essas alternativas em ordem decrescente, da mais utilizada nos países até a menos usada, como resumidas na Figura 1 abaixo. Note-se que essas são as formas primárias de cuidados infantis utilizadas pelas participantes do estudo. Na maioria dos casos, as mulheres também contaram com apoio adicional da família, vizinhas, vizinhos e/ou membros da comunidade para ajudá-las a lidar com o cuidado dos filhos.

Figura 1: Agregado das alternativas primárias de cuidado das crianças utilizadas por trabalhadoras informais



5.1 Creches

Os tipos de creches utilizadas pelas mulheres trabalhadoras que participaram desta pesquisa variaram muito, mas podem ser, de maneira geral, agrupadas em quatro grupos. Há aquelas que são fornecidas publicamente e são gratuitas ou fortemente subsidiadas (como no Brasil, em alguns

municípios da Tailândia, e através das ICDS na Índia). Há aquelas que são providas de forma privada, com fins lucrativos, estão sujeitas a regulação estatal e muitas vezes são muito caras para as trabalhadoras e trabalhadores informais. Em seguida, há aquelas que são fornecidas por organizações sem fins lucrativos, como a SEWA na Índia, e por um número de organizações sem fins lucrativos na África do Sul – estas muitas vezes exigem que os pais paguem uma taxa, embora as taxas sejam mantidas as mais baixas possíveis. Na Índia estes serviços não são regulados pelo Estado, embora, se recebem dinheiro do governo, é necessário que estejam em conformidade com padrões básicos. Na África do Sul, organizações sem fins lucrativos recebem um subsídio do governo, sendo que elas devem aderir a padrões básicos (Martin et al., 2014). Finalmente, e mais notavelmente na África do Sul, também existiam creches informais geridas de forma privada por membros da comunidade que não eram regulamentadas pelo Estado.

Houveram opiniões divergentes nos países sobre o fato das creches serem uma opção desejável. Na Tailândia, algumas das mulheres descreveram o “alívio” que sentiam em poder mandar seus filhos para lugares seguros fora de casa, enquanto elas se concentravam no seu trabalho remunerado [Tailândia GF4]. Elas sentiram que isso lhes permitiu “respirar mais facilmente” [Tailândia GF7]. Na Índia também foi possível notar que as mulheres com acesso às creches da SEWA se sentiam seguras em saber que seus filhos estavam sendo bem tratados e puderam se concentrar melhor em seu trabalho remunerado em casa do que aquelas que não tiveram acesso às creches [Índia Relatório GF]. Na África do Sul, uma catadora disse que sentia que uma creche era de longe preferível a ter que depender de uma vizinha, um vizinho ou outra pessoa para fornecer cuidados em casa porque tais indivíduos podem “não ser confiáveis” [África do Sul GF3]. No Brasil, o acesso a creches foi crucial para uma mulher que tinha se mudado para a cidade vinda de outro lugar e que não tinha família por perto com a qual pudesse contar enquanto ela estava trabalhando em sua cooperativa de catadores e catadoras de material reciclável: “sem creche, eu não posso trabalhar. Quando não tem creche, eu não trabalho”, disse ela [Brasil GF1]. Duas outras mulheres com crianças mais velhas contaram que não tinham acesso às creches quando seus filhos eram pequenos e, como resultado, tiveram que parar de trabalhar por dois anos [Brasil GF2]. Como a Tabela 2 apresenta, alguma forma institucional de cuidado das crianças foi provida para a maioria das mulheres no Brasil, Gana (embora apenas quando as crianças foram levadas para escolas), Índia (embora este número seja provavelmente distorcido pelos membros da SEWA), e África do Sul. Só na Tailândia essa não era a alternativa mais utilizada.



*Jyotsna Mahendra, professora da creche BalSEWA em Ahmedabad, Índia, abraça estudante de 4 anos.
Foto: Paula Bronstein/ Getty Images Reportage*

No entanto, como mostra a Tabela 2 e a Figura 1, quase metade do número de entrevistadas (48 por cento) não estava utilizando as creches como sua principal forma de cuidar das crianças. Houveram várias razões para que isso acontecesse, incluindo tanto as preferências individuais quanto as circunstâncias (um desejo de prover de cuidados maternos e a disponibilidade de membros da família para prestarem cuidados), bem como as barreiras mais estruturais ao acesso. O desejo de prover cuidados maternos foi mais fortemente afirmado por um grupo de trabalhadoras domiciliares na Tailândia, que admitiram que mesmo que “*seja cansativo*” equilibrar os cuidados infantis e o trabalho domiciliar, elas tinham uma grande alegria em poder estar com seus filhos durante o dia: “*cuidar e educar nossos próprios filhos é felicidade*”, disse uma mulher [Tailândia GF3].

Foi mais comum entre as mulheres, no entanto, citar barreiras estruturais como uma razão para não usar creches. A disponibilidade de tais centros não parecia ser um grande problema - provavelmente porque a maioria das entrevistas foram realizadas em áreas urbanas bastante densas. A primeira barreira real mencionada foi o custo, ao invés da disponibilidade. A ONU Mulheres (2015) relata que a prestação de cuidados infantis para crianças menores de três anos de idade é “*raramente gratuita*” e o custo é uma barreira importante ao acesso para mulheres pobres. Neste estudo, as queixas sobre como as creches são “*caras*” eram mais proeminentes na África do Sul, onde o cuidado institucional das crianças menores de três anos só é fornecido privadamente. No entanto, na Índia, as trabalhadoras agrícolas também se queixaram sobre o

preço das creches de baixo custo da SEWA, que cobram Rs150 por mês (aproximadamente US\$ 2): “*Eu gostaria de inscrever a minha filha na creche, mas as taxas são altas e por isso não vou matriculá-la lá*” [Índia Relatório GF]. Nesses casos, até pequenas taxas para os serviços de cuidados infantis podem ser uma barreira ao acesso para as trabalhadoras mais pobres, embora algumas mulheres também observaram que a taxa para uma creche que fornece comida para a criança pode realmente, em geral, levá-las a economizar, considerando o custo dos alimentos fornecidos individualmente: “*antes de eu levar minha filha para uma creche eu iria gastar pelo menos R50 (aprox. US\$ 3) com ela por dia. Ela queria chá, mingau, comida, doces, bebidas e lanches durante todo o dia, eu tinha que gastar, gastar, gastar ...*”, disse uma comerciante informal Sul-Africana [África do Sul GF3].

Uma descoberta surpreendente da pesquisa foi que os custos envolvidos no envio de crianças para as creches não se restringem apenas às taxas. Uma vendedora sul-africana mencionou que ela teve de tirar sua filha de uma creche em grande parte devido aos custos associados: “*uma vez eu levei minha filha para uma creche ... havia um monte de custos; antes de eu ir para o trabalho eu tinha que pagar alguém para cuidar da menina enquanto a menina estava esperando o carro que a levava para a creche. A pessoa também tinha que cuidar da menina depois da creche fechar... então eu tive que pagar por essa pessoa, pelo transporte e a creche*” [África do Sul GF2]. Esta declaração destaca algumas das principais preocupações que as trabalhadoras informais tiveram com as creches em todos os países envolvidos neste projeto. As horas de funcionamento, muitas vezes não são adequadas para as realidades da vida profissional e, em particular, a vida de trabalho informal, na qual as horas de trabalho podem ser extremamente longas e/ou irregulares. Muitas vezes as creches abrem depois que o trabalho já começou e fecham antes que o trabalho tenha terminado. No Brasil, por exemplo, as catadoras começam a trabalhar às 6h, mas as creches só abrem à 7h [Brasil GF1]. Neste caso, as mulheres têm que fazer arranjos alternativos - ou depender de familiares ou vizinhas e vizinhos para preencher as lacunas nos horários ou reduzir suas horas de trabalho. A única exceção foram as mulheres na Índia que estavam mandando seus filhos para as creches da SEWA, que têm horário de funcionamento para atender as trabalhadoras, e também têm arranjos para levar e trazer as crianças de casa quando necessário [Índia Relatório GF].

Outro fator importante que pode elevar os custos dos cuidados é a distância da creche até a casa ou do local de trabalho. Ter de percorrer longas distâncias significa que as mulheres têm de tirar um tempo extra do trabalho a fim de levar os seus filhos às creches, como foi o caso de uma trabalhadora domiciliar indiana. Ela disse que ela não

enviou sua filha para a creche da SEWA porque a distância que teria de viajar significaria fechar sua loja por um período muito longo [Índia Relatório GF]. Isso também pode significar ter que pagar um extra para alguém transportar a criança, como no exemplo sul-africano mencionado acima. Na Tailândia, onde uma creche tinha um serviço gratuito de traslado, as mulheres ainda estavam relutantes em mandar as crianças para longe, dizendo *“que as crianças terem que viajar diariamente por um longo caminho é preocupante. Nos dias de hoje há muitos veículos na estrada. É arriscado”* [Tailândia GF7]. Na África do Sul, o problema é agravado pelo planejamento espacial do Apartheid, o que significa que o centro econômico da cidade é longe das áreas em que a maioria das pessoas vivem. Apesar das creches estarem disponíveis no centro da cidade, onde há uma grande quantidade de comércio informal, elas têm muitas vezes um preço fora do alcance das vendedoras. Sendo assim, essas trabalhadoras têm de depender de creches no seu próprio distrito. As longas distâncias que as mulheres têm de viajar antes de chegar em casa e poderem ir buscar os seus filhos cria um gasto de tempo adicional e pressões de custo [África do Sul GF1].

Talvez a preocupação mais proeminente com as creches foi a qualidade dos cuidados que as crianças receberam. Esta preocupação foi manifestada em todos os países e atravessava a divisão entre a prestação pública e privada de cuidados. Mulheres contaram muitas experiências nas quais tinham achado o padrão de cuidados deficiente. Por exemplo, quando as crianças foram pegadas no final do dia, elas estavam machucadas, ou sujas, ou não tinham sido alimentadas adequadamente. Isso ocorreu em locais onde havia muitas crianças, poucas/os cuidadoras/es e infraestrutura deficiente, particularmente na África do Sul, onde as participantes dependem fortemente dos serviços de cuidados privados informais e não regulamentados. Na África do Sul, uma participante descreveu um encontro particularmente ruim no qual *“a cuidadora tinha muitas crianças para cuidar... Eu costumava receber chamadas me notificando que meu filho estava sentado sozinho fora da nossa casa. A criança tinha deixado a creche, sem que a cuidadora percebesse”* [África do Sul GF2]. No Brasil, houve também relatos de discriminação contra os filhos de catadoras [Brasil GF1]. Os receios sobre as creches eram frequentemente expressos na linguagem da confiança; no Brasil, as mulheres disseram que não confiavam plenamente nas creches para as quais enviaram seus filhos, apesar delas serem importantes para o seu trabalho remunerado [Brasil GF2]. Na Tailândia, uma participante disse simplesmente que ela não *“confia neles [trabalhadores e trabalhadoras da creche] com os meus filhos”* [Tailândia GF3].

Isso leva à questão de quais os tipos de serviços de cuidados infantis são confiáveis. Isso será explorado na seção posterior sobre as características das “boas” creches (ou seja, confiáveis). Suficiente apontar aqui, no entanto, que, quando as creches são consideradas dignas de confiança, as evidências sugerem que elas aliviam as trabalhadoras informais de um enorme fardo, e podem até ser vistas como preferíveis ao cuidado familiar. No entanto, quando a qualidade do atendimento não é confiável ou ele não está estruturado de uma forma que se adapte às trabalhadoras informais, a carga sobre as mulheres não é aliviada - elas se preocupam com seus filhos, são incapazes de se concentrar no trabalho e tem que colocar em prática múltiplas, complexas e dispendiosas medidas para lidar com as discrepâncias entre as creches e suas próprias vidas profissionais. Todas estas variáveis combinadas são forças poderosas de desempoderamento pessoal e econômico. Este fato sugere que, de todas as barreiras ao acesso a serviços de cuidados infantis, a qualidade é tão importante quanto a disponibilidade e a acessibilidade.

5.2 Família e/ou membros da comunidade

O cuidado provido por membros da família estendida, ou de vizinhas, vizinhos e outros membros de confiança da comunidade foi outra alternativa comum de cuidado das crianças utilizada pelas trabalhadoras informais nos países. Algumas vezes essa foi a principal forma de apoio para os cuidados das crianças, mas mesmo quando as creches foram os principais meios de apoio, frequentemente as trabalhadoras tiveram que contar com a família e amigos para ajudar no início e no final do dia. Na Índia, o cuidado provido pelos membros da família estendida era a forma mais confiável de cuidado infantil entre as trabalhadoras agrícolas rurais: *“Eu não tenho qualquer preocupação quando os meus filhos ficam com minha sogra. Quem mais pode ficar com eles, eles têm a sua avó”* [Índia Relatório GF]. No entanto, em alguns casos, quando a sogra não estava disponível, os irmãos e irmãs mais velhos (especialmente as meninas) que tiveram que assumir os cuidados de seus irmãos e irmãs mais novos [Índia Relatório GF]. Na África do Sul, uma participante mencionou que ela e outras mães de sua comunidade juntaram seus recursos e pagaram a uma vizinha que eles confiavam para cuidar de seus filhos em sua casa: *“Há esta mulher idosa, a gente chama ela de Gogo [avô], e ela cuida de nossos filhos. Eu gosto de lá; meus filhos se sentem em casa. Então, ela e seu marido - o chamamos Mkhulu [avô] - cuidam das crianças. Nós fizemos este acordo com eles, porque eles estão em casa a maior parte do tempo”*. [África do Sul GF3]. Na África do Sul, mais uma vez, várias mulheres mencionaram que seus filhos e filhas não vivem com elas, mas viviam nas áreas rurais com os avós que cuidavam deles, e que elas estavam felizes com

isso, porque isso significava que as crianças foram “*aprender uma boa vida rural*” [África do Sul GF5].

A confiança na família estendida tem sido pensada como uma maneira de as mulheres equilibrarem a renda que ganham e as responsabilidades com o cuidado nas sociedades onde a família nuclear não é a norma. No entanto, Heymann (2006) fez uma advertência contra essa hipótese, argumentando que é específica do contexto. Nos sete países pesquisados em seu estudo⁶, afirma que apenas um terço dos pais pobres relataram poderem confiar na família estendida para prestar cuidados às crianças sem assistência. Ao mesmo tempo, mais pais (metade dos pais de baixa renda pesquisados) relataram que eles eram de fato ainda mais sobrecarregados com responsabilidades com o cuidado de seus familiares doentes ou idosos. Heymann (2006: 19) conclui que “*Enquanto as famílias pobres têm maior necessidade, elas também são as menos propensas a poder confiar na sua família estendida para ajudar já que essa é mais predisposta a ter que trabalhar ou precisar de cuidado*”.

A descoberta de Heymann (2006) é apoiada pelas evidências coletadas na Tailândia durante o curso deste estudo. Como já mencionado, uma grande proporção das mulheres entrevistadas no estudo Tailandês eram avós das crianças de quem estavam cuidando e não as mães, muitas das quais haviam migrado para outros lugares a fim de trabalhar. Argumentando em relação à China, Cook e Dong (2011) afirmam que as mulheres migrantes tendem a ser incentivadas a deixar seus filhos em casa nas áreas rurais com sua família estendida. Os empregadores, que podem então pagar salários mais baixos, são efetivamente subsidiados pelo trabalho do cuidado das famílias estendidas.

Na Tailândia, existe uma dinâmica semelhante, e muitas das avós entrevistadas durante esta pesquisa começaram o trabalho domiciliar como um meio de sustentar seus netos, porque elas recebem apoio financeiro insuficiente de seus filhos que estão trabalhando. Muitas vezes elas não recebem qualquer apoio financeiro. Isso certamente complica a narrativa que sugere que as mulheres podem sempre contar com a família estendida, não reconhecendo o fardo, financeiro e quaisquer outros, que colocam sobre os membros mais velhos da família. Neste caso, a carga e os custos dos cuidados são deslocados das mães para as avós. Elas não são capazes de transferir o fardo para ninguém - elas são o fim da linha - o que explica o elevado número de casos em que a criança permanece em casa enquanto a cuidadora trabalha, no estudo tailandês (ver Tabela 2). A sobrecarga não é apenas financeira. “*Quanto mais velha estou, mais exausta eu fico*”, disse uma avó, falando sobre as dificuldades de cuidar de seu neto em casa, enquanto ela trabalhava [Tailândia GF3]. Outra mulher disse: “*Eu não*

estou satisfeita [sobre cuidar dos netos]. Eu simplesmente faço meus deveres. Se eu não fizer isso, meus filhos não podem ir trabalhar” [Tailândia GF7].

A questão do apoio financeiro destaca outro ponto importante sobre a família e/ou cuidados prestados por vizinhas e vizinhos - que nem sempre é gratuito. No Brasil e África do Sul, os participantes se queixaram do custo financeiro de depender de familiares ou vizinhos, mesmo por curtos períodos de tempo. “*Eu tive que pagar o meu tio para me ajudar*”, disse uma catadora do Brasil [Brasil GF1], e uma catadora da África do Sul disse: “*Mesmo que você possa pedir a um vizinho para cuidar de seu filho, o seu vizinho vai te cobrar, não vai ser um serviço gratuito. Não importa o quão curto seja o período que você precisaria de seu vizinho para cuidar de seu filho, eles vão exigir dinheiro de você*” [África do Sul GF3]. Isso não quer dizer que os membros da família, vizinhas e vizinhos não devem ser compensados pelo seu tempo - como a história da Tailândia mostra, membros da família muitas vezes precisam do dinheiro. No entanto, isso novamente complica a narrativa em torno de dependência da família estendida e as redes sociais como sendo uma solução relativamente simples e sem custo algum para as necessidades de cuidados infantis. Uma mulher da África do Sul resumiu a dificuldade da situação: “*A maioria dos membros da minha família estão desempregados e têm filhos, assim se eles cuidam do meu filho eu tenho que apoiá-los financeiramente. E às vezes eu sinto como se meu filho fosse um fardo para minha mãe quando ela leva a criança nas costas e vai para a cidade [para] resolver suas próprias coisas*” [África do Sul GF1].

Havia também outras preocupações com esse tipo de cuidados. Algumas mulheres estavam preocupadas com a qualidade dos cuidados que as crianças recebem dos pais idosos - “*Eu podia ver que meu filho não estava recebendo o cuidado adequado porque minha mãe é idosa e doente*”, disse uma sul-africana [África do Sul GF5]. Em Gana, as mulheres novamente expressaram seu desagrado sobre qualquer forma institucional de cuidados que não envolvesse uma instituição educacional. Isso se estendia a membros mais próximos da família: “*Eu morava com minha avó que tinha um chop bar⁷ [lugar para comer]. Olhando para trás, e no que eu passei, [e] como um membro da família me tratou, eu vou [preferir] levar o meu filho para a escola para ser educado e bem cuidado, ao invés de membros da família, como fui tratada*” [Gana GF2]. “*Mesmo*

⁶ Brasil, Botsuana, México, Rússia, África do Sul, Vietnã e Estados Unidos

⁷ N.T.: “‘Chop bars’ são restaurantes informais comuns em Gana, normalmente administrados por mulheres. [...] Estes estabelecimentos existem tanto nas áreas urbanas como nas rurais ou perto de mercados, centros de transporte, e beiras de rodovias, e eles servem comida tradicional ganense” (ALFERS e ABBAN, 2011, p. 1).

quando eu viajo e deixo meus filhos com minha mãe, eu penso neles quando estou comendo; me pergunto se eles comeram também”, disse outra mulher de Gana [Gana GF4]. Houve também preocupações sobre a flexibilização do vínculo parental quando a criança tinha que ficar em uma área rural distante com uma avó e/ou avô. Uma mulher sul-africana falou da dor que ela sentiu quando seu filho se recusou a reconhecê-la: “Meu filho não me chama de mamãe, mas chama a minha mãe de mamãe. Isso me dói profundamente. Tento truques para fazê-lo me chamar de mamãe, mas ele se recusa. Ele prefere passar tempo com a minha mãe, mesmo quando estou em casa, eu sou como uma estranha para ele, e ele não me reconhece como sua mãe” [África do Sul GF5].

5.3 Levar as crianças para o trabalho/Manter as crianças em casa, enquanto trabalha

Depois das creches e dos cuidados prestados por familiares e/ou membros da comunidade, essa foi a terceira forma mais utilizada de cuidar das crianças, especialmente em países onde a amostra consistiu num número maior de trabalhadoras domiciliares - Tailândia e Índia, mas também na África do Sul, onde até mesmo vendedoras ambulantes e catadoras de material reciclável, por vezes, não tinham escolha senão trazer as crianças para o trabalho com elas. Em Gana também, as mulheres que trabalham como feirantes afirmaram que, até que as crianças estejam em idade de ir à escola, podem vir a levar as crianças para o trabalho com elas ao invés de confiar em outras pessoas para prestar cuidados. As implicações positivas e negativas de fazer isso variam de acordo com o setor e o local de trabalho, embora existam semelhanças.

Para as trabalhadoras domiciliares esta foi possivelmente a escolha mais fácil e às vezes a mais conveniente - a flexibilidade do trabalho lhes permite trabalhar e ficar de olho nas crianças: “*Se eu trabalhasse fora, ninguém iria cuidar das crianças. Nós teríamos que contratar alguém. Daí, não ia fazer diferença*” [Tailândia GF5]. No entanto, haviam também os custos - como já foi mencionado na seção 1. As dificuldades de se concentrar no trabalho enquanto cuidam de crianças pequenas tem o efeito não só de diminuir a produtividade das mulheres, mas também pode significar que as crianças estão menos seguras. Várias mulheres tailandesas falaram sobre os acidentes que seus filhos sofreram enquanto a atenção delas estava no seu trabalho: “*Eu estava muito focada nas minhas costuras. Meu filho, com 2-3 anos de idade, subiu as escadas e caiu. Ele levou 20 pontos por causa do seu ferimento na cabeça*”, contou uma trabalhadora domiciliar [Tailândia GF5]. Isso para não mencionar os perigos que o trabalho em si pode criar para as crianças - a presença de substâncias tóxicas

como colas e a poeira dos tecidos, itens pequenos ingeríveis tais como botões e miçangas, e ferramentas cortantes, como tesouras [Tailândia GF5; GF6]. Como muitas das mulheres reconheciam, a casa como local de trabalho não é um ambiente ideal para crianças pequenas.

Para as mulheres que trabalham fora de casa, levar as crianças para o trabalho às vezes era visto como uma opção de cuidado aceitável. Na Tailândia, o mercado era visto como um espaço relativamente seguro para as crianças. Vendedoras e vendedores todos se conheciam e se atentavam para os filhos e filhas uns dos outros [Tailândia GF4]. Sentimentos semelhantes foram expressos em Gana, onde as mulheres estavam, em geral, convencidas de que as crianças devem ficar com suas mães até ter idade suficiente para ir à escola (depois de um ano de idade): “*Quando meu filho tiver a idade escolar, vou matricular ele rapidamente. Se não, ele fica comigo*”, disse uma vendedora [Gana GF4]. Na África do Sul, no entanto, as vendedoras viam isso como último recurso. As participantes disseram que iriam se preocupar com o paradeiro de seus filhos e filhas, distraíndo-as do trabalho e aumentando o seu stress. Uma mulher contou uma história na qual seu filho tinha andado em uma rua movimentada sem o seu conhecimento e quase foi atingido por um carro [África do Sul GF2]. Na Índia, uma vendedora de vegetais tinha conseguido ficar com sua criança pequena que ela ainda estava amamentando “*amarrando uma pequena rede sob o carrinho de venda e deitando a criança lá enquanto ela trabalhava*” [Índia Relatório GF]. No entanto, levar o filho com ela significava que quando chovia ela não poderia trazer a criança: “*como eu não tinha lugar para deixá-lo, eu não podia sair para trabalhar. Não importa quantos dias chovesse, eu tinha de ficar sentada em casa. As economias iam acabando*” [Índia Relatório GF].

Para catadoras no Brasil e na África do Sul, levar as crianças para o local de trabalho não foi considerado desejável de forma alguma. As condições anti-higiênicas e perigosas, inclusive no Brasil, onde as cooperativas de catadores e catadoras têm áreas abrigadas para trabalhar, foram as principais razões para isso. Uma catadora brasileira falou sobre como ela teve “*que correr para o banheiro [para se limpar] para que ele [neto] não me visse, porque eu trabalho com a reciclagem*”, quando ela voltou para casa do trabalho [Brasil GF2]. Ela também falou sobre seu filho não poder ir à cooperativa depois da creche porque era “*muito perigoso*” [Brasil GF2]. Na África do Sul, no entanto, algumas das catadoras tinham pouca opção a não ser levar seus filhos para trabalhar com elas, dizendo que elas não tinham outra alternativa [África do Sul GF3]. A solução foi longe da ideal, apesar de tudo. Uma das mulheres falou sobre os perigos para a criança, bem como isso dificultou sua capacidade de obter renda:

“Nós coletamos materiais recicláveis subindo em caminhões em movimento, na medida em que eles se dirigem ao aterro. A pessoa precisa agir bem rapidamente para pegar o caminhão, há um grande número de nós, até mesmo os homens. Nós nos empurramos uns aos outros, enquanto tentamos entrar na parte de trás do caminhão. Às vezes eu não sei o que fazer porque eu não posso deixar o meu filho no chão... Eu costumo levar meu filho nas minhas costas e torço para não ser espremida quando corremos para chegar no caminhão. Trabalhamos com materiais perigosos, como metais, há perigo em toda parte. Na maior parte das vezes eu não vou para os caminhões quando há muita gente, temendo que o meu filho seja machucado” [África do Sul GF3].

5.4 Cuidado doméstico privado

Nenhuma das mulheres entrevistadas para este estudo pode “comprar” regularmente cuidados na forma de um serviço doméstico privado. Houve uma série de razões para isso. O custo de pagar um salário regular a uma trabalhadora ou trabalhador domésticos foi um dos problemas identificados por uma participante brasileira que ganhava ela própria

uma renda irregular: *“Recebo [o pagamento] a cada 2 meses, por isso é impossível pagar alguém para cuidar [da criança]” [Brasil GF1].* Duas participantes da África do Sul disseram que prefeririam ter uma cuidadora ou cuidador privado em casa, porque assim elas sabiam que a criança estaria recebendo atenção individualizada. Mas disseram que elas só seriam capazes de considerar essa alternativa se estivessem *“bem financeiramente”* [África do Sul GF2]. No entanto, como acontece com as creches, as questões sobre confiança também surgiram. *“Hoje em dia eu não posso arriscar levar alguém para cuidar do meu filho e gastar com ele também. Mesmo assim, quando você não está por perto você não pode ter certeza de como a criança é tratada”,* disse uma vendedora de Gana [Gana GF2]. Várias participantes sul-africanas ecoaram estes sentimentos, dizendo que elas não gostam da ideia de ter alguém que não saiba cuidar de seus filhos: *“É difícil simplesmente pedir a qualquer pessoa [para cuidar do seu filho ou filha], porque algumas pessoas não sabem como cuidar de crianças adequadamente... às vezes as pessoas usam palavras... A criança se familiariza com a linguagem e comportamento mal-educado”*[África do Sul GF1].



Um vendedor e sua filha posam para uma fotografia num mercado em Lima, Peru.
Foto: Juan Arredondo/ Getty Images Reportage

6. O papel dos homens no cuidado da criança

Já mencionado foi o fato de que, no Brasil e na África do Sul a monoparentalidade era comum entre as participantes da pesquisa. No entanto, mesmo em países onde a taxa de casamento foi muito maior, como a Índia, houve uma notável ausência de qualquer discussão sobre o papel dos homens no cuidado das crianças. Este achado é representativo do fato de que, globalmente, as mulheres fazem cerca de 2,5 vezes mais trabalho não remunerado que os homens (ONU Mulheres, 2015). Algumas mulheres sul-africanas mencionaram que elas receberam algum apoio por parte dos pais de seus filhos, mas essa não era uma percepção comum. No Brasil, com exceção de uma participante que recebia regularmente ajuda de seu marido para cuidar das crianças, até mesmo as mulheres casadas falaram muito pouco sobre o papel de seus companheiros no cuidado das crianças. Os homens até ajudam, mas apenas em casos de emergência ou quando não havia outra opção. Em dois casos - um brasileiro e um sul-africano - as mulheres estavam visivelmente chateadas pelo fato de que elas tiveram que separar seus filhos para que uma criança pudesse ser cuidada pelo pai [Brasil GF1; África do Sul GF4].

Em Gana, onde as taxas de casamento eram muito mais elevadas do que no Brasil e na África do Sul, houve reclamações sobre o papel duplo que agora era esperado que as mulheres tivessem: continuar sendo as principais cuidadoras das crianças, mas também contribuir para a renda familiar. Como uma mulher colocou, “Nos dias de hoje em que os homens estão se transformando em mulheres e as mulheres se transformando em homens, eu tenho que

pôr a responsabilidade da manutenção da família nos meus ombros com muito pouco apoio do meu marido” [Gana GF1]. Na Índia, as mulheres assumem o cuidado infantil como sua principal responsabilidade (Budlender, 2008; Palriwala e Neetha, 2011), mas observou-se que, em alguns casos, nos quais os homens estavam dispostos e onde os cuidados com as crianças não entravam em conflito com os seus compromissos de trabalho, os homens davam assistência, embora tarefas específicas sempre fossem pensadas como responsabilidade das mulheres: “*Ele vai fazer todo o trabalho, mas não vai dar banho na criança e aprontá-la. Isso é trabalho de mulher. Tenho que cozinhar a refeição e ele vai dar comida para o filho*” [Índia Relatório GF].

Uma exceção interessante a esta tendência geral, foi o papel dos avôs, que pareceram ter uma participação maior nas vidas de seus netos do que os pais. Isso foi perceptível nos IPIs tailandeses, que foram os únicos em que a opção de “parceiro” foi regularmente escolhida como uma opção de cuidados infantis. Isso se correlaciona com o elevado número de avôs que cuidam de seus netos na amostra tailandesa. Em pelo menos dois casos na África do Sul, também, o papel dos avôs foi mencionado: “*o avô frequentemente ajuda com o cuidado das crianças. Ele cozinha o mingau de aveia de manhã e alimenta as crianças*”, disse uma mulher [África do Sul GF1]. Poucas pesquisas parecem ter sido conduzidas sobre o papel dos avôs especificamente nos cuidados infantis, com a ênfase colocada mais frequentemente ou nas avós ou no casal como um todo. Um estudo com vários países sobre “homens que cuidam” sugere que, quando os homens assumem papéis de cuidado, isso é geralmente uma consequência das circunstâncias (a morte de uma parceira



*Essa jovem está ajudando sua mãe em Bangoc, Tailândia. Como é comum para muitas famílias empregadas na economia informal sua mãe é sua única provedora..
Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage*

e/ou crianças, as necessidades dos filhos que trabalham), e não o resultado de uma escolha de se tornar um cuidador (Barker et al., 2012).

Em geral, no entanto, entre as mulheres entrevistadas havia também uma sensação de que os homens eram cuidadores inadequados das crianças. Na Tailândia, as mulheres disseram que os homens não sabem como alimentar as crianças e dar-lhes leite, não eram tão “delicados” como as mulheres e também eram propensos a beber e fumar o que significava que as mulheres “*não queriam eles em torno de meus filhos*” [Tailândia GF7]. Na África do Sul, as mulheres estavam convencidas de que não deve ser permitido que os homens trabalhem em creches [África do Sul GF3].



Jyotsna Mahendra (esquerda) é uma professora na creche BalSEWA em Ahmedabad, Índia. Ela está com outras auxiliares de professoras Rita Khajri (centro) e Kasha Solanki (direita). Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

7. O que faz uma creche ser boa?

“Quando eu tinha que cuidar de meu bebê quando ele era pequeno, eu não podia fazer mais nada e perdi minha renda. Quando eu me envolvo em alguma atividade, eu gostaria de ter alguém para cuidar do meu filho para que eu possa me concentrar no trabalho” [Tailândia GF6]. Esta citação, de uma trabalhadora informal tailandesa, expressa um sentimento comum em todos os países: a de que a vida profissional das mulheres foi significativamente mais fácil quando um cuidado apropriado das crianças estava disponível para elas. Nessa amostra, que é distorcida pela presença de membros da SEWA, o uso de creches infantis foi a alternativa mais popular. Embora o uso de tais creches nem sempre é considerado universalmente apropriado por razões sociais e culturais, para as mulheres que trabalham há uma série de vantagens. É mais fácil para o Estado regular a qualidade dos cuidados prestados pelas creches do que regular os cuidados prestados por familiares. As crianças também podem receber educação e apoio nutricional, necessários para quebrar a transmissão intergeracional da pobreza, algo de que os trabalhadores informais estão conscientes. “Eu levo meu filho para a escola para ter um futuro promissor - Eu não quero que ele seja como eu”, disse uma vendedora de Gana [Gana GF2].

No entanto, como as discussões acima e exemplos práticos, tais como as creches da SEWA, mostraram (ASK, 2011), os benefícios dos cuidados infantis socializados são maiores quando as creches contam com a confiança dos pais, provêm cuidados de qualidade às crianças e operam de maneira que sejam inclusivas às necessidades das trabalhadoras informais. A fim de compreender quais

as necessidades específicas das trabalhadoras, a questão foi incluída nas discussões dos grupos focais. Assim, foi pedido às participantes que refletissem sobre o que elas consideravam ser as características de uma boa creche. Em todos os países as respostas foram bastante semelhantes. O que se segue é um resumo dos principais pontos levantados pelas participantes da pesquisa.

7.1 Creches devem ter horário de funcionamento que possam acomodar as jornadas longas e irregulares das trabalhadoras informais

Isto significa que as creches devam ser abertas no início da manhã, e fechadas no final da tarde. “Em outro lugar onde eu morava [o horário de funcionamento] começava as 6h00”, explicou uma catadora brasileira. Isso significava que ela poderia levar a filha para a creche ela mesma e não “tinha que pagar alguém para cuidar dela”, durante o intervalo entre o momento em que ela saía para trabalhar e quando a creche abria. Isto também significa que as creches devem operar reconhecendo que as trabalhadoras informais têm dificuldade em se afastar do trabalho, o que geralmente resulta em uma perda de renda. No Brasil, as mulheres se queixaram de que as reuniões de pais e professores muitas vezes foram agendadas durante o seu dia de trabalho, quando seria mais apropriado agendá-las à noite, depois do trabalho. As trabalhadoras reconheceram que essa demanda criaria tensões com as profissionais das creches, relativas às próprias condições de trabalho delas. A solução sugerida no Brasil, foi empregar mais profissionais que poderiam, então, trabalhar em turnos. Em Belo Horizonte, no Brasil, por exemplo, catadores e catadoras se organizaram para demandar um serviço de

assistência municipal às crianças que combinasse com suas horas de trabalho. A creche foi criada e opera de 07h até as 22h, mas as trabalhadoras na creche trabalham em quatro turnos, o que significava que as suas horas de trabalho foram limitadas (Ogando e Brito, 2016).

7.2 Participação na gestão da creche e boa comunicação

“Eu quero saber tudo relacionado aos meus filhos/netos. Precisamos ter direitos e voz na creche que cuida de nossos filhos. Não é como se a gente levasse (as crianças) lá e nos resignássemos ao que quer que o governo vá fornecer para nós. Não é como se o governo pudesse fazer o que quisesse. Os pais devem ter o direito de exprimir as suas opiniões e supervisionar” [Tailândia GF6]. Este comentário foi feito por uma participante tailandesa, e reflete um sentimento geral de que os pais devem poder opinar na gestão das creches, a fim de gerar uma maior confiança na qualidade dos cuidados que estão sendo prestado aos seus filhos. A comunicação também foi considerada fundamental. No Brasil, embora tenham havido reclamações sobre as creches fornecidas pelo Estado, as participantes disseram que gostavam do número de reuniões de pais e professores que eram agendadas.

7.3 Creches devem ser acessíveis: ou gratuitas ou fortemente subsidiadas

Manter creches acessíveis para as mulheres mais pobres foi uma demanda fortemente articulada em todos os países. Se forem cobradas taxas, argumentou-se que a opção pelo pagamento em prestações deve ser uma possibilidade.

7.4 Creches devem incluir um componente educacional

Isso foi enfatizado pelas mulheres ganesas entrevistadas no estudo, que acreditavam firmemente que *“a educação é a chave.”* *“Tudo aponta para a educação ... em vez de deixar meu filho com qualquer outra pessoa, eu vou mandá-lo para a escola, enquanto eu trabalho”*, disse uma vendedora de Gana [Gana GF1]. Em Gana, a qualidade de qualquer creche seria julgada pelo fato de que um componente educacional foi ou não incluído nas atividades diárias. Embora as mulheres tenham sido menos estridentes quanto a este ponto em outros países, havia um sentimento de que a educação e a qualidade dos cuidados estavam intimamente ligadas, especialmente para crianças com mais de três anos de idade. Diversas mulheres na Índia disseram que elas gostavam das creches da SEWA por fornecer noções básicas de ensino que elas não teriam tido tempo para transmitir aos seus filhos [Índia Relatório GF]. A este respeito as mulheres achavam que as professoras/tutoras nas creches devem ser bem treinadas não só no

cuidado das crianças, mas também em métodos básicos de educação pré-escolar.

7.5 As creches devem incluir um serviço de saúde

“Ficaria muito feliz se os/as assistentes nas creches pudessem ajudar a levar a criança para uma clínica se eles veem que a criança precisa de cuidados médicos. Isso vai me ajudar a me concentrar no meu trabalho e não haverá um dia em que eu vá ter que sair do trabalho porque eu tenho que assistir uma criança”, disse uma mulher sul-africana [África do Sul GF3]. Da mesma forma, as mulheres no Brasil disseram que seria útil se as creches incluíssem uma enfermeira que pudesse tratar doenças menores. Atualmente, no Brasil, em alguns casos, se uma criança está tomando uma medicação, mesmo que simples, ele/ela não poderá ser enviado/a para a creche. Isto significa que quando as crianças estão doentes, as mulheres têm que tirar uma folga do trabalho.

7.6 As creches devem ter infraestrutura básica necessária e pessoal adequado

As mulheres em todos os países foram unânimes ao concordarem que a infraestrutura física básica deve ser de qualidade adequada - a creche deve ser limpa, com espaço suficiente, banheiros e medidas de segurança. Elas também argumentaram que é necessário um número adequado de pessoal para o número de crianças e que as/os cuidadoras/es e professoras/es da creche devem ser bem conhecidas/os na comunidade. *“Se as/os cuidadoras/es são membros da comunidade, então podemos confiar porque nós os/as conhecemos bem”*, disse uma participante tailandesa [Tailândia GF6].

7.7 Provisão de alimentos nutritivos

O fornecimento de alimentos saudáveis nas creches foi considerado importante, pois aliviou a pressão sobre as mulheres para alimentar as crianças: *“deixando [a creche] com o jantar, ele já chega com o estômago cheio e ajuda nas despesas de casa também”*, disse uma participante brasileira [Brasil GF1].

7.8 Localização conveniente

Foi concordado, em geral, que as creches devem estar localizadas *“convenientemente”*, mas nem sempre definido da mesma forma. Para as trabalhadoras domiciliares, ter a creche perto de casa era importante. Isto particularmente para avós idosas que sentiam que andar mais de 20 minutos para levar uma criança para uma creche seria muito para elas [Tailândia GF3]. Para as vendedoras de rua sul-africanas, considerou-se que as creches deveriam estar localizadas perto de onde trabalham, que muitas vezes

é longe de onde elas vivem. Uma comerciante disse que ela prefere isso porque “...eu poderia ir com a criança na parte da manhã e deixara criança na creche. E à tarde se o negócio ou o trabalho estiver lento (calmo) eu poderia ir ver a criança e se eu tiver esquecido de colocar algo como uma medicação, seria fácil levá-la para a creche. Eu não teria que pegar um táxi e pagar uma tarifa para chegar à creche - se é perto de onde eu trabalho” [África do Sul GF2].

No entanto, a creche estando ou não localizada perto do trabalho ou de casa, a distância foi importante - se as distâncias são muito longas, é necessário dinheiro adicional para o transporte. Alternativamente, as trabalhadoras domiciliares podem pensar que é muito problema, e vão manter as crianças em casa [Tailândia Relatórios GF; Índia Relatório GF].



Vendedoras informais carregam suas crianças nas suas costas enquanto trabalham num mercado em Accra, Gana. Foto: Jonathan Torgovnik/Getty Images Reportage

8. Conclusão

Esse estudo exploratório forneceu uma imagem das dinâmicas intrínsecas à relação entre trabalho não remunerado na forma do cuidado das crianças e do trabalho remunerado das trabalhadoras informais de seis OBs em cinco países diferentes. Ele também forneceu um entendimento mais aprofundado sobre como essas mulheres administram as suas duplas responsabilidades e as alternativas de cuidados que estão disponíveis para elas. Em um nível mais amplo, enfatizou alguns pontos chave relacionados com as interações entre gênero e o mercado de trabalho e, em particular, a maneira em que o trabalho não remunerado atua como uma restrição ao empoderamento econômico das mulheres. A responsabilidade desproporcional das mulheres com o cuidado das crianças impacta sua capacidade de obter uma renda e acumular bens e economias que irão protegê-las na velhice.

O relatório identificou vários mecanismos através dos quais o potencial de geração de renda das trabalhadoras informais é restringido pelo seu trabalho não remunerado no que diz respeito aos cuidados de crianças pequenas; contribui para a segmentação do mercado de trabalho, com as mulheres escolhendo empregos mal pagos, mais inseguros, mas também mais flexíveis, o que lhes permite equilibrar o trabalho do cuidado com as atividades de geração de renda. Apesar de isso ser um fato relativamente estabelecido na literatura sobre gênero e mercado de trabalho, o relatório identificou outros mecanismos. Cuidar das crianças diminui a produtividade das mulheres trabalhadoras, limitando e/ou alterando seus horários de trabalho de forma que as exclui das práticas mais rentáveis, e a distração do trabalho, ao simultaneamente cuidar das crianças, leva tanto a uma diminuição da produtividade como também pode significar que as crianças em si estão sendo deixadas em um ambiente inseguro.

Ao mesmo tempo, o inverso também pode ser dito como verdade - a natureza do emprego informal, com seus baixos rendimentos, longas jornadas e a falta de proteções sociais e trabalhistas - faz com que seja difícil para as mulheres e os homens cuidarem de seus filhos da maneira como gostariam de fazê-lo. Isso aponta para a necessidade de uma mudança mais ampla nas políticas econômicas e sociais, em apoio aos trabalhadores pobres, incluindo as políticas macroeconômicas (englobando políticas fiscais, comerciais e industriais), políticas e regulações urbanas, normas e regulações trabalhistas e proteção social (Chen, Jhabvala e Lund, 2011).

No entanto, embora se deva pensar no contexto das mudanças econômicas e sociais mais amplas, a pesquisa sugere que abordar a responsabilidade desproporcional

das mulheres pelo trabalho não remunerado é essencial para melhorar a produtividade das mulheres no trabalho e facilitar seu empoderamento econômico. Ao contrário da tendência atual de austeridade nas despesas do estado, é de fato necessário que o Estado aumente os gastos para que se melhore a situação econômica das mulheres. A provisão de creches, com preços e localizações acessíveis, pelo setor público é uma forma chave de resolver este problema, e tem o potencial de oferecer o que a ONU Mulheres (2015) se referiu como o “benefício triplo” (*triple dividend*) ao a) facilitar a participação das mulheres na força de trabalho; b) melhorar as capacidades das crianças e; c) criar empregos decentes no setor dos cuidados.

Para pesquisas futuras algumas sugestões incluem uma extensão do estudo, incluindo ambos os componentes quantitativos e qualitativos, para uma amostra maior e mais representatividade de trabalhadoras informais. Há também a necessidade de mais dados sobre “o que funciona” no sentido de acabar com a barreira que o trabalho não remunerado representa para as mulheres no mercado de trabalho. Embora os dados existentes sugeressem, por exemplo, que a provisão de creches tem um impacto positivo sobre os rendimentos das mulheres, estes dados são escassos e são, principalmente, derivados de estudos pequenos (Alfers, 2015). São necessários estudos maiores e mais rigorosos para demonstrar essas ligações. Como corolário disso, existe a necessidade de pelo menos duas formas de exercício de cálculo de custos. A primeira é olhar para os reais “custos dos cuidados” para as mulheres trabalhadoras, incluindo os rendimentos perdidos, transporte de e para lugares onde os cuidados são prestados, taxas, pagamentos a outros para ajudar a cuidar das crianças, e assim por diante, e ligar isso ao debate sobre a emancipação econômica das mulheres. A segunda é detalhar o custo mínimo para o estado de fornecer serviços de cuidados infantis, a fim de apoiar as reivindicações destinadas a melhorar, expandir, ou desenvolver a provisão estatal nesta área. Finalmente, este estudo centrou-se sobre as trabalhadoras informais como as usuárias de serviços de cuidados. É necessária uma pesquisa mais detalhada sobre as condições de trabalho de trabalhadoras (principalmente) e trabalhadores informais que são prestadores de serviços de cuidados, tais como trabalhadoras de creches e trabalhadoras domésticas. Elas também têm necessidades específicas não atendidas de cuidados infantis devido à migração e à natureza do seu emprego na casa de outras pessoas.

Referências

- Alfers, L. 2015. "WIEGO Child Care Initiative: Literature Review." Cambridge, MA, USA: WIEGO.
- Alfers, L e R. Abban. 2011. "Saúde & Segurança Ocupacional para os Fornecedores Nativos em Acra, Gana". Cambridge, MA, USA: WIEGO.
- Association for Stimulating Know How (ASK). 2011. "SEWA: Child Care Impact Assessment Report." Haryana: ASK.
- Bangkok Metropolitan Administration. 2007. "Preschool Children Development Centres in Bangkok." Bangkok: BMA.
- Barker, G., M. Greene, M. Nascimento, M. Segundo, C. Ricardo, A. Taylor, F. Aguayo, M. Sadler, A. Das, S. Singh, J.G. Figueroa, J. Franzoni, N. Flores, R. Jewkes, R. Morrell, e J. Kato, J. 2012. "Men Who Care: A Multi-Country Qualitative Study of Men in Non-Traditional Caregiving Roles." Washington DC: International Centre for Research on Women (ICRW) e Rio de Janeiro: Instituto Promundo.
- Budlender, D. 2008. "The Statistical Evidence on Care and Non-Care Work across Six Countries." Geneva: UNRISD.
- Buvinic, M., R. Furst-Nichols e E. Courey Pryor. 2013. "A Roadmap for Promoting Women's Economic Empowerment." UN Foundation and ExxonMobil.
- Carré, F e J. Heintz. 2009. "Towards a Common Framework for Informal Employment across Developed and Developing Countries." *WIEGO Working Paper (Statistics) No. 26*. Cambridge, MA, USA: WIEGO.
- Charmes, J. 2006. "A Review of Empirical Evidence of Time Use in Africa from UN Sponsored Surveys" in C. M. Blackden e Q. Wodon, Gender, Time Use, and Poverty in Sub-Saharan Africa. *World Bank Working Paper No. 73*. Washington DC: The World Bank.
- Chen, M., R. Jhabvala e F. Lund. 2011. "Supporting Workers in the Informal Economy: A Policy Framework." Paper prepared for the ILO Task Force on the Informal Economy. Geneva: WIEGO & ILO.
- Cook, S e X. Dong. 2011. "Harsh Choices: Chinese Women's Paid Work and Unpaid Care Responsibilities under Economic Reform." *Development and Change*, 42 (4): 947-965.
- Enchautegui, M.E., M. Johnson e J. Gelatt. 2015. "Who Minds the Kids When Mom Works a Nonstandard Schedule?" Washington DC: Urban Institute.
- Henly, J.R., H. Luke Shaefer e E. Waxman. 2006. "Nonstandard Work Schedules: Employer- and Employee-Driven Flexibility in Retail Jobs." *Social Service Review* 80 (4): 609-34.
- Heymann, J. 2006. *Forgotten Families: Ending the Growing Crisis Confronting Children and Working Parents in the Global Economy*. New York: Oxford University Press.
- International Trade Union Confederation. 2016. "Investing in the Care Economy: A Pathway to Growth." Brussels: ITUC.
- Lister, R. 1997. *Citizenship: Feminist Perspectives*. London: MacMillan.
- Lund, F. 2010. "Hierarchies of care work in South Africa: Nurses, social workers and home-based care workers." *International Labour Review* 149 (4): 495-509.
- Martin, P., L. Berry, L. Biersteker, C. Desmond, D. Harrison, S. Naicker, L. Richter, H. Salojee e W. Slemming. 2014. "National ECD Policy: Draft Full Report." Pretoria: Human Sciences Research Council.
- Ogando, A.C e M. Brito. 2016. "WIEGO Child Care Initiative: Latin America Policy Scoping." Cambridge, MA, USA: WIEGO.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (*International Labour Organization – ILO*). 2013. "Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture." Geneva: Statistical Office, ILO e WIEGO.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2013. "Domestic Workers Across The World: Global and Regional Statistics & Extent of Legal Protection. Geneva: ILO.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2016. "Social protection for domestic workers: Key policy trends and statistics." *Social Protection Policy Papers, Papers 16*. Geneva: ILO.
- Palriwala, R e N. Neetha. 2011. "Stratified Familialism: The Care Regime in India through the Lens of Childcare." *Development and Change*, 42 (4): 1049-1078.
- Quisumbing, A.R., K. Hallman e M. Ruel. 2003. "Maquiladoras and Market Mamas: Women's Work and Childcare in Guatemala City and Accra." *IFPRI Discussion Paper No. 153*. Washington DC: IFPRI.
- Razavi, S. 2011. "Rethinking Care in a Development Context: An Introduction." *Development and Change*, 42 (4): 873-903.

Stoll, M., D. Alexander e N. Sugimura. 2006. "Working Later in Illinois: Working Schedules, Incomes, and Parents' Access to Child Care." Chicago: Action for Children.

Tokman, V. 2010. "Domestic Workers in Latin America: Statistics for New Policies." *WIEGO Working Paper (Statistics) no. 17*. Cambridge, MA, USA: WIEGO.

ONUMulheres. 2015. "Progress of the World's Women 2015-2016: Transforming Economies, Realizing Rights." New York: UN Women.

Williams, J. 2000. *Unbending Gender: Why Family and Work Conflict and What to Do About It*. London: Oxford University Press.

Anexo A

AGENDA DE DISCUSSÕES DOS GRUPOS FOCAIS SOBRE O CUIDADO DAS CRIANÇAS

Introdução:

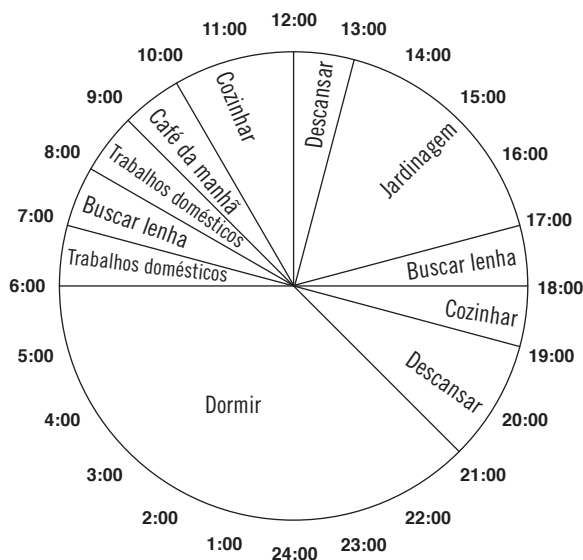
Explique a finalidade da ICC e o objetivo da pesquisa para as participantes dos grupos focais. Dê também um breve esboço de como o grupo vai trabalhar e o tempo de cada atividade.

Quebra-gelo: Participantes falam com a pessoa ao lado delas: nome, profissão, quantos filhos elas têm (ou cuidam) e as idades das crianças. Então elas têm que introduzir a sua parceira para o grupo.

Atividade 1: “Um dia na vida de” uma [típica trabalhadora domiciliar, trabalhadora doméstica, vendedora ambulante, catadora com crianças pequenas].

Objetivo da atividade: Para se ter uma ideia das rotinas diárias típicas das mulheres trabalhadoras em um setor, e onde e quando o cuidado com as crianças e os conflitos de trabalho surgem de forma mais aguda.

Equipamentos necessários: Os contornos de um “relógio de atividade” (veja abaixo) em uma folha de tamanho de uma cartolina/papel cartão; canetas hidrográficas



O Relógio de Atividades: Este é um exemplo de um relógio de atividades utilizado pela Organização para a Alimentação e Agricultura.

Este relógio já foi preenchido por participantes de grupos focais. No início da atividade a parte interna do círculo deve estar em branco, e os participantes o preenchem de acordo com as suas rotinas.

Note que este relógio não diz nada sobre o cuidado com as crianças, mas estamos preocupados com o cuidado da criança, e quaisquer atividades relativas a cozinhar para, vestir, cuidar das crianças devem ser anotadas.

Condução da atividade: A ideia é fazer com que o grupo crie histórias sobre um dia em suas vidas. O grupo irá criar apenas um relógio, mas a discussão será facilitada de tal modo que as diferenças nas rotinas diárias sejam anotadas.

- Um círculo em branco deve ser desenhado em uma folha grande de papel.
- Os horários devem ser preenchidos em torno da borda como no desenho acima.
- Uma participante é convidada a se voluntariar para preencher sua rotina matinal (de quando ela acorda até 12h). Uma participante diferente é convidada a preencher sua rotina tarde (das 12h até ela ir dormir). Ambas as participantes devem, em seguida, explicar as suas rotinas para o grupo.
- Se as participantes desejarem preencher mais de uma atividade por intervalo de tempo está ok!
- Ambas as participantes são convidadas a colocar uma estrela sobre os momentos do dia nos quais o cuidado com as crianças e as rotinas de trabalho se chocam.
- O facilitador então pergunta ao resto do grupo se suas rotinas são semelhantes ou diferentes daquelas desenhadas dentro do relógio, e se os choques na rotina de cuidado dos filhos/trabalho são os mesmos. Se houver diferenças, o facilitador deve encorajar as participantes a falar sobre essas diferenças.

O resultado do “Relógio de Atividades” é menos importante do que a discussão que ele gera, por isso, é importante que a discussão sobre a criação do relógio seja bem anotada.

Se mais de uma atividade ocorre em um determinado momento, todas as atividades devem ser anotadas no relógio.

Alguns exemplos de possíveis perguntas estimuladoras para iniciar o exercício:

1. Que hora as trabalhadoras em seu setor acordam? Qual é a primeira coisa que você/elas fazem? Qual é a próxima coisa que você/elas fazem? (Continue com esses tipos de incentivo até que o relógio seja preenchido).
2. Se o cuidado das crianças não aparecer com as perguntas acima, deverá ser perguntado às trabalhadoras onde os cuidados com as crianças se encaixam em suas rotinas.
3. Em que momento cuidar dos seus filhos é mais difícil? (Esses horários devem ser marcados com estrelas). Por que esses horários são tão difíceis?

Atividade 2: Grupo Focal/Contação de histórias

Objetivo da atividade: Criar uma discussão entre as participantes sobre a relação entre cuidados infantis e trabalho remunerado, reunir histórias pessoais de trabalhadoras sobre os momentos nos quais os dois entram em conflito, e perguntar às trabalhadoras sobre como elas lidam com os conflitos entre trabalho/cuidado.

Equipamentos necessários: Esta é uma atividade oral e nenhum equipamento é necessário.

Condução da atividade: Esta é uma atividade baseada no debate, e é importante que seja coletado um bom registro da discussão. Quaisquer histórias que surjam devem ser capturadas, palavra por palavra, e traduzidas para o Inglês o mais diretamente possível. Mesmo que seja utilizada linguagem idiomática - uma explicação da linguagem deve, então, acompanhar a tradução. Por exemplo: “isso faz minha cabeça retumbar” [isso me deixa frustrado].

Questões para discussão:

1. Como cuidar dos seus filhos afeta o trabalho que você faz para ganhar uma renda?
2. Quem cuida de seus filhos quando você está trabalhando?
3. Por que você escolheu essa solução?
4. Você está satisfeita com ela?
5. Existem soluções alternativas para o cuidado dos filhos disponíveis para você? Por que não as usar?
6. Se outra menina ou a mulher em sua casa cuida de seus filhos, como isso afeta ela?
7. Alguém pode nos contar uma história sobre uma época em cuidar de seus filhos tornou difícil para você ganhar dinheiro?
8. Como o trabalho que você faz para ganhar uma renda afeta sua vida familiar?
9. Quanto tempo você passa com seus filhos durante o dia/semana?

Atividade 3: O que seria uma boa creche?

Objetivo: Evidências sugerem que as mulheres estão menos propensas a usar serviços de cuidados infantis (creches) se considerarem que a qualidade do atendimento é ruim. Neste exercício queremos descobrir das trabalhadoras o que elas consideram serem as características de uma boa creche.

Equipamentos necessários: Caneta; cartolina /papel cartão.

Conduzindo a atividade: Na parte superior do papel cartão: “Uma boa creche...” Em seguida, divida o papel cartão em duas colunas. A coluna da esquerda é rotulada como “Deve ter” e a coluna à direita é rotulada como “Não deve ter” (veja exemplo à direita).

As participantes são, então, instadas a listar todas as características de uma creche de boa qualidade em “Deve ter”. Em “Não deve ter” as participantes devem ser instadas a listar as coisas que elas não gostariam de ver em uma creche.

UMA BOA CRECHE DEVE TER...	
DEVE TER...	NÃO DEVE TER...

Atividade 4: Jogo de Demandas: *Note bem que isto é importante e que o facilitador deve ter certeza de deixar tempo suficiente para a atividade.

Objetivo: obter feedback das trabalhadoras sobre a possível Campanha por Creches da WIEGO.

Equipamentos necessários: A impressão do pôster na página seguinte deste documento *(se quiser algum desses pôsteres para trabalhos relacionados à saúde avise-nos!)*

Condução da atividade:

- Explique às trabalhadoras que a WIEGO está trabalhando no sentido de uma campanha para aumentar a conscientização sobre a necessidade de creches na economia informal. A WIEGO quer trabalhar com organizações de trabalhadoras e trabalhadores informais na campanha, e nós temos como objetivo influenciar a política nacional e internacional. Queremos que as pessoas saibam que o cuidado com as crianças é um problema para as trabalhadoras na economia informal.
- Explique que cada campanha requer uma lista de demandas.
- Mostre às trabalhadoras a cópia do cartaz impresso. Este veio de uma campanha de saúde para as trabalhadoras e trabalhadores informais. Aqui as trabalhadoras e trabalhadores listaram suas demandas sobre os serviços de saúde.
- Em seguida, peça às participantes para pensar sobre os tipos de demanda que elas gostariam de fazer em uma campanha por creches.

Anexo B

Informações do participante individual para as discussões dos grupos focais

1. Nome (opcional):

2. Idade:

3. Principal tipo de trabalho:

4. Estado civil:

Casada

Morando juntos

Solteira

Divorciada

Viúva

5. Local de trabalho: *Por favor, circule o que se aplica a você.*

Minha própria casa

A casa de outra pessoa

Rua pública

Mercado

Outro lugar

6. Se você não trabalha na sua própria casa, o seu trabalho é longe de onde você mora? *Por favor, circule*

Sim Não

7. Quantos filhos você tem com menos de 7 anos de idade? Quais são suas idades?

8. Quantos filhos você tem entre 7 e 15 anos de idade? Quais são suas idades?

9. Quem cuida de seus filhos quando você está trabalhando? *Por favor, circule todos aqueles que se aplicam a você*

Um membro da família

[Diga especificamente quem é - ou seja, filha, filho, parceiro, parceira, mãe, pai, tia etc.]

Creche (governo)

Creche (privado/religioso/ONG)

Vizinhos

[Observe se é vizinha ou vizinho]

Eles vêm para o trabalho comigo

Ninguém

10. Quem é a pessoa ou organização que cuida de seus filhos mais regularmente?

Um membro da família

[Diga quem é especificamente - ou seja, filha, filho, parceiro, parceira, mãe, pai, tia etc.]

Creche (governo)

Creche (privado/religioso/ONG)

Vizinhos

[Observe se é vizinha ou vizinho]

Eles vêm para trabalhar comigo

Ninguém

11. Se você paga para alguém ou algum lugar para cuidar de seus filhos enquanto você trabalha, o que você gasta com isso toda semana?

12. Essa pessoa ou lugar fica perto ou longe de seu local de trabalho?

Próximo

Longe

13. Essa pessoa ou lugar fica perto ou longe da sua casa?

Próximo

Longe

Sobre a WIEGO: A Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing é uma rede global de pesquisa-política-ação que busca melhorar a situação dos trabalhadores e trabalhadoras pobres, especialmente as mulheres que trabalham na economia informal. WIEGO constrói alianças com, e define a sua filiação a partir de três constituintes: organizações de base de trabalhadores e trabalhadoras informais, pesquisadoras/es e estatísticas/os que trabalham com a economia informal e e profissionais de agências de desenvolvimento interessadas/os na economia informal. A WIEGO persegue os seus objetivos ajudando a construir e fortalecer redes de organizações informais de trabalhadores e trabalhadoras; realizando análises de políticas, pesquisas estatística e análise de dados sobre a economia informal; fornecendo recomendações sobre políticas e convocando diálogos sobre políticas na economia informal; e documentando e divulgando as boas práticas de apoio à força de trabalho informal. Para mais informações visite: www.wiego.org.

